

22 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

TJ nega recurso da CMTU sobre tarifa de ônibus

Loriane Comeli
Reportagem Local

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná negaram recursos da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), da Prefeitura de Londrina e da Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL) contra decisão da Corte que considerou nulo decreto que em janeiro de 2010 aumentou o preço da tarifa do ônibus urbano de R\$ 2,10 para R\$ 2,25. A ação foi ajuizada pela Promotoria de Defesa do Consumidor, já que aquele foi o segundo reajuste num período inferior a 12 meses, o que é proibido por lei.

Com o decreto considerado ilegal pelo TJ não está

mais em vigor, a CMTU tem argumentado que não há como reduzir a tarifa para R\$ 2,10. Assim, os usuários devem ser ressarcidos pelos valores cobrados indevidamente. A CMTU e o Município, escreveu o juiz substituto de 2º grau, Rogério Ribas, "que decidiram em conjunto sobre o reajuste, devem restituir também em conjunto os valores pagos pelos usuários ao sistema, já que a majoração foi ilegal desde o início (tudo que foi cobrado a maior deve ser devolvido, é óbvio!)"

Hoje, o preço da tarifa em Londrina é de R\$ 2,20, gra-

Juiz determina que os usuários sejam ressarcidos pelos valores cobrados indevidamente pelo município

ças a um incentivo de R\$ 600 mil mensais às empresas que operam o transporte coletivo. Se assim não fosse esse valor, a tarifa teria ido a R\$ 2,35.

O presidente da CMTU, André Nadai, disse ontem que conversaria com a assessoria jurídica da companhia e daria retorno à solicitação de entrevista, mas isso não ocorreu. O promotor Miguel Sogaiar, autor da ação, também não foi localizado no final da tarde de ontem. Da decisão do TJ, publicada no último dia 16, ainda cabe recurso.

22 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Procuradoria recorrerá contra liminar obtida por hospitais

Londrina - A Procuradoria Geral do Município de Londrina entrará com recurso contra liminar favorável aos mandados de segurança impetrados pelos hospitais Evangélico e Santa Casa para que o contrato entre a Prefeitura e as instituições fosse cumprido. Na terça-feira, os hospitais conseguiram que liminares expedidas pela Justiça garantissem o cumprimento do contrato firmado entre a Prefeitura e os hospitais, que determina o repasse de R\$ 556.455,44 a título de incentivo estabelecido pela Lei Municipal 10.804. Os recursos seriam utilizados para o custeio de plantões presenciais e a distância nas entidades. A decisão da justiça impediu a paralisação dos serviços dos prontos-socorros em protesto contra o corte dos repasses dos incentivos. A Prefeitura pretendia reduzir o valor para cerca de R\$ 275 mil.

O diretor executivo da Secretaria Municipal de Saúde afirmou que não iria comentar

*Recursos
seriam utilizados
para o custeio
de plantões*

o caso e que estaria tudo nas mãos da Procuradoria Geral do Município. O procurador Paulo César Tieni disse que o Município entraria com o recurso assim que ele estiver concluído. "Por estratégia da defesa nós não iremos divulgar os argumentos que usaremos no recurso", afirmou o procurador.

Segundo o juiz da 2ª Vara Cível da Fazenda Pública, Emil Gonçalves, caso o município realmente recorra da decisão, o recurso será feito diretamente no Tribunal de Justiça do Paraná. Ele explica que existe um prazo de três dias para que isso seja feito. "Quando o Tribunal recebe um recurso geralmente eles entram em contato com o juiz que decidiu em primeira instância para consultar sobre o caso e até agora eu não fui consultado", comenta Gonçalves.

As assessorias dos hospitais envolvidos informam que nenhum membro das diretorias iria se manifestar até que fossem notificados. Eles preferem não abordar sobre o assunto no momento para não polemizar.

22 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Escutas telefônicas 1

Pelo menos 17.122 linhas telefônicas foram monitoradas por decisão da Justiça, segundo relatório fechado em agosto de 2011. O número total é um pouco inferior ao verificado em balanço fechado no mesmo mês do ano passado, quando 17.417 linhas estavam sob monitoramento naquele momento. Entre os tribunais de Justiça na esfera estadual, o Paraná aparece em segundo lugar entre aqueles que mais autorizaram interceptações telefônicas. Os dados são do Sistema Nacional de Controle das Interceptações Telefônicas, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ).

Escutas telefônicas 2

Na Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região realizou o maior número de escutas, 840. Já em relação à Justiça Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi responsável por determinar 2.690 escutas, e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por 1349. Também apresentaram números elevados o TJ do Distrito Federal e Territórios, que determinou 833 escutas, o TJ de Goiás, 1105 e o TJ do Rio Grande do Sul, 1041.

22 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Derosso apresenta defesa contra afastamento

Os advogados do presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (-PSDB), protocolaram ontem a defesa do vereador na Casa.

O Conselho de Ética da Câmara aprovou o afastamento temporário de Derosso por 90 dias até que as investigações contra ele aconteçam.

O caso, agora, está com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o suposto favorecimento concedido por Derosso à empresa de publicidade Oficina da Notícia, de propriedade da esposa dele, Claudia Queiroz Guedes, que também era funcionária do Legislativo na época da abertura da licitação.

A empresa prestou serviços à Câmara pelo período de cinco anos.

FOLHA DE LONDRINA

STF reajusta benefício de seus ministros em 60%

22 SET 2011

Brasília - Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram na noite de ontem aumentar em quase 60% os valores do próprio auxílio-moradia, que segundo eles, não era reajustado desde 2003. A partir do mês que vem, o valor do benefício mensal passará de R\$ 2.750,00 para R\$ 4.377,73, que será pago além do salário de R\$ 27,6 mil -o teto do funcionalismo público.

O pagamento deste benefício só vale para aqueles ministros que não possuem residência fixa em Brasília ou que não ocupam apartamento funcional. Segundo informações do STF, o único integrante da Corte que hoje recebe o auxílio é Luiz Fux.

Juízes auxiliares do tribunal, que são convocados para trabalhar nos gabinetes dos ministros, também terão aumento de 23,06% no benefício, passando de R\$ 2.750,00 para R\$ 3.384,15. O aumento é menor, porque já havia tido um benefício para esses magistrados em 2008. De acordo com cálculos do tribunal, esse aumento terá um impacto mensal de R\$ 78,8 mil e anual de R\$ 945,9 mil.

Em uma reunião administrativa no gabinete do presidente do Supremo, Cezar Peluso, o tribunal entendeu, por 7 votos a 1, que eles mesmo podem aumentar esse tipo de benefício, que não é contabilizado para o cálculo do teto. Apenas o ministro Marco Aurélio Mello votou contra, afirmando que o aumento precisaria ser aprovado no Congresso Nacional.

22 SET 2011
FOLHA DE LONDRINA

STJ anula investigação contra família Sarney



22 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Vereadora recupera cargo em Nova Santa Bárbara

Danilo Marconi
Equipe Bonde

O juiz da Comarca de São Jerônimo da Serra, Osvaldo Taque, deferiu pedido de tutela antecipada anulando processo de cassação do mandato da vereadora Adriana Márcia da Cunha (PMDB), segunda mais votada da última eleição no município de Nova Santa Bárbara (70 km de Cornélio Procopio). A peemedebista havia sido eleita com 149 votos.

Adriana da Costura (-PMDB) teve mandato cassado em abril de 2010, após abertura de Comissão Processante no Legislativo. Ela mantinha há oito anos contrato com a Prefeitura de Nova Santa Bárbara para uso de seis barracões, sedes das empresas Fac e Nativa Confecções, onde a peeme-

debista emprega mais de 500 pessoas de forma direta e indireta.

"Ela foi cassada sob argumento que mantinha contrato com o poder público por ser imoral. Um ato ser imoral não significa que seja ilegal. A Câmara não se preocupou em demonstrar a ilegalidade. Na medida que a Câmara não demonstrou ilegalidade praticada por ela, a cassação passa a ser ilegítima por falta de motivação. Não existe uma razão jurídica para ela ter sido cassada", comentou o advogado de defesa, Marcos Kaimen.

Adriana da Costura será novamente empossada na sessão de hoje. "Perdi um ano, foi a maior injustiça, mas agora estou feliz. Vou voltar trabalhando para tentar recuperar o tempo perdido", disse ela.

INFORME

"Livros racistas"

Mais três servidores da Prefeitura de Londrina foram ouvidos ontem para falar sobre a compra dos livros da coleção "Vivenciando a Cultura Afro-brasileira", da Editora Ética. Prestaram depoimento a diretora de licitações da Secretaria de Gestão Pública, Elisângela Arduin, Marcelo Alessandro Miranda, também da SGP, e Adriana Silva Oliva, que assinou juntamente com a secretária de Educação, Karin Sabec, o pedido para a compra dos livros sem licitação.

■ Elisângela Arduin já é ré em ação por improbidade administrativa por irregularidades no contrato entre o município e a Proguarda, empresa que executava a limpeza de prédios públicos. Também são réus o ex-secretário de GP, Marco Cito, e o ex-procurador Fidélis Canguçu.

■ Neste caso dos livros, ambos participaram: o primeiro autorizou a compra e o segundo deu parecer favorável.

22 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

MP quer vistoria em unidades de saúde

Davi Baldussi
Reportagem Local

Londrina - O Ministério Público (MP) solicitou que o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (Crea) vistorie as condições estruturais de duas unidades de saúde de Londrina: do Jardim Leonor, que funciona 24 horas, e também do Jardim União da Vitória, que atende 16 horas por dia. A suspeita é de que a estrutura dos prédios possam estar debilitadas por conta de infiltrações. O MP também cobra a melhora de atendimento nas unidades básicas de saúde e também no Pronto-Atendimento Municipal (PAM) e Pronto-Atendimento Infantil (PAI).

De acordo com o promotor de Defesa da Saúde, Paulo Ta-

vares, o setor de serviço social do MP apurou no início do mês que pacientes chegam a esperar cinco horas pelo atendimento no PAI e até sete horas no PAM. "A espera por uma consulta agendada chega a ultrapassar um mês", comentou Tavares.

O Conselho Regional de Medicina (CRM) motivou o Ministério Público a tomar as medidas ao entregar um relatório ao MP e notificar a Prefeitura sobre as condições de atendimento no município. Segundo Tavares, o relatório apurou que "instalações físicas são precárias, faltam materiais, equipamentos. São várias irregularidades".

O presidente do Crea, Jefferson Oliveira da Cruz, afirmou que a vistoria nas unidades de saúde do Jardim União da Vitória e Leonor ainda não foram

agendadas, "mas provavelmente será feita em outubro por uma equipe que vai verificar questões estruturais, elétricas, se há algum vazamento ou falta de impermeabilização", resumiu.

De acordo com Márcio Nishida, diretor executivo da Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 1º de outubro, "todos os plantões no PAI, PAM e Leonor estarão fechados, sem furos". Segundo ele, 30 médicos que passaram no concurso público da Prefeitura já estão sendo convocados. Em relação às questões estruturais, Nishida reconheceu que "há problemas". Ele disse que já foi pedida uma avaliação das 52 unidades básicas de saúde do município. "As que precisarem de reformas emergenciais serão feitas", afirmou.

FOLHA DE LONDRINA PF desmantela rede de pedofilia

Curitiba - A Polícia Federal (PF) desmantelou ontem uma rede de pedofilia que atuava nos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. A ação policial batizada de "Operação Eco 40" cumpriu nove mandados de busca e apreensão nas cidades de Curitiba, Mandaguaçu (Noroeste), São José (SC), São Bernardo do Campo, Cotia e Campinas, em São Paulo. No total, cinco pessoas foram presas - dois com mandados preventivos, além da prisão em flagrante de outros três investigados, que foram surpreendidos pela PF na posse de material pornográfico infantil.

Todos os mandados foram expedidos pela Justiça Federal em Curitiba, em torno da investigação que apura crime de posse e divulgação de pornografia infantil. Na residência de um dos presos em flagrante, em Curitiba, foi encontrado um disco de dois terabytes com imagens pornográficas. As outras prisões em flagrante ocorreram nas cidades paulistas de Cotia e São Bernardo do Campo.

Os dois homens que foram presos na capital tem 49 e 56 anos e ficarão à disposição da Justiça Federal. Os nomes dos criminosos não foram divulgados. Segundo a PF as investigações do caso começaram há aproximadamente dois anos. Naquela oportunidade uma pessoa foi presa e, a partir da análise de todo o material apreendido, a PF descobriu a rede de pedofilia.

22 SET 2011

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ministros do STF reajustam em quase 60% seu auxílio-moradia

Valor do benefício mensal passará de R\$ 2.750 para R\$ 4.377

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram na noite de ontem aumentar em quase 60% os valores de seu auxílio-moradia.

Segundo eles, o valor não era reajustado desde 2003.

A partir do mês que vem, o valor do benefício mensal passará de R\$ 2.750,00 para R\$ 4.377,73.

A quantia será paga além do salário — de R\$ 27,6 mil, teto do funcionalismo público.

O pagamento desse benefício só vale para ministros que não têm residência fixa em Brasília ou que não ocupam apartamento funcional.

Segundo informações do STF, o único integrante da

Corte que hoje recebe o auxílio é Luiz Fux.

Juizes auxiliares do tribunal, que são convocados para trabalhar nos gabinetes, também terão aumento de 23,06% no benefício.

O valor, neste caso, passará de R\$ 2.750,00 para R\$ 3.384,15. O aumento é menor porque já houve um reajuste em 2008.

Cálculos do tribunal indicam impacto mensal de

R\$ 78,8 mil. Em um ano, o aumento de custo ficará em torno de R\$ 945,9 mil.

A decisão vale apenas para o Supremo, mas os demais tribunais podem se espelhar na decisão e também reajustar seus próprios benefícios, criando um efeito cascata.

Em uma reunião adminis-

trativa no gabinete do presidente do Supremo, Cezar Peluso, o tribunal entendeu, por 7 votos a 1, que eles mesmos podem elevar esse tipo de benefício, que não é contabilizado para o cálculo do teto.

Apenas o ministro Marco Aurélio Mello votou contra, afirmando que o aumento teria que passar pelo crivo do Congresso Nacional.

O valor do auxílio que recebe um ministro do Supremo sem residência própria ou apartamento funcional será menor apenas que o montante recebido por ministros de Estado (R\$ 6.680,78).

O valor que será pago supera o dos benefícios destinados para os senadores (R\$ 3.800,00) e para deputados federais (R\$ 3.000,00).

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

**JUDICIÁRIO
ENTIDADES VÃO
AO SUPREMO
POR REAJUSTE**

Entidades do Judiciário e do Ministério Público fizeram ontem protesto em frente ao prédio do STF, em Brasília, para cobrar aumento. Eles defendem reajuste do teto do serviço público, que equivale ao dos ministros do Supremo e está em R\$ 26,7 mil. A proposta prevê que o valor passe para R\$ 30,6 mil. Os manifestantes foram recebidos pelo presidente da corte, Cezar Peluso, que apoia o reajuste.

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Operação contra os Sarneys foi legal, diz PF

Delegados contestam argumento da Justiça de que foram quebrados sigilos sem existência de investigação prévia

Anulação de provas provoca debate sobre a atuação da Polícia Federal; Ministério Público pode recorrer

FERNANDO MELLO
DE BRASÍLIA

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

A Polícia Federal contesta decisão da Justiça de anular as provas obtidas na operação que investigou os negócios da família Sarney.

Na semana passada, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou as provas por considerar que a PF levou em conta apenas um relatório para justificar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos suspeitos.

O relatório em questão é um documento do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão do Ministério da Fazenda, apontando movimentações financeiras atípicas de R\$ 2 milhões dos investigados.

Constam dados do empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Delegados da PF ouvidos pela **Folha** ontem disseram que realizaram investigações após receberem o relatório do Coaf e antes de solicitar a quebra dos sigilos.

Trechos do inquérito da Operação Faktor (antiga Boi Barrica) indicam que, antes do pedido de escutas telefônicas, foram levantadas informações sobre as ligações entre suspeitos e empresas responsáveis pelas movimentações financeiras incomuns.

O caso gerou intenso debate no meio jurídico. O professor titular de direito penal da USP, ex-ministro da Justiça e advogado Miguel Reale Júnior considerou “esdrúxula” a decisão do STJ.

Segundo Reale Júnior, é “evidente” que o alerta feito pelo Coaf deve levar a investigações com quebra de sigilos. “O Coaf existe para isso. Exigir a produção de provas testemunhais em casos de crimes financeiros como esse é um exagero.”

“Vejo com muita preocupação a decisão, pois ela estende muito a interpretação do que pode ser considerado prova ilícita”, completou.

Já o ex-secretário de Justiça de São Paulo e advogado Antônio Claudio Mariz de Oliveira considera correta a interpretação do STJ.

“O direito à privacidade está garantido na nossa Constituição. A quebra de sigilos só pode ocorrer depois de esgotados todos os meios de produção de prova”, disse.

INVESTIGAÇÃO

A investigação teve início em 2006, após o Coaf encaminhar o alerta à PF. Além de Fernando Sarney, constam dados de sua mulher, Teresa Cristina Murad Sarney.

A apuração se estendeu até agosto de 2008 e apontou crimes de tráfico de influência em órgãos do governo, formação de quadrilha, desvios e lavagem de dinheiro.

Fernando Sarney nega todas as acusações.

O Ministério Público Federal ainda pode tentar derrubar a decisão, recorrendo ao próprio STJ e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

CONTINUA

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

INVESTIGAÇÕES INTERROMPIDAS

FAKTOR (2007)

O QUE FOI

Após comunicado da Coaf sobre movimentação atípica de R\$ 2 milhões em conta de Fernando Sarney, a PF, a partir de quebras de sigilos, apontou indícios de tráfico de influência e desvio e lavagem de dinheiro

A ANULAÇÃO

STJ considerou que a PF não poderia ter se baseado apenas no comunicado da Coaf para quebrar os sigilos dos envolvidos e anulou provas obtidas em razão delas



Empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP)

Justiça anulou provas de três grandes operações da PF



A FAVOR DA ANULAÇÃO

Para a defesa, a PF deveria ter se baseado em outros tipos de provas, como testemunhas e perícias, antes de quebrar os sigilos



CONTRA A ANULAÇÃO

Segundo especialistas, em caso de crimes financeiros, dados da Coaf constituem indícios fortes e suficientes para a quebra

SATIAGRAHA (2008)

Investigou suspeita de crime financeiro de Daniel Dantas e outras 23 pessoas, que chegaram a ser presas, mas foram soltas pelo STF

Participação da Abin na investigação foi considerada irregular pela Justiça

CASTELO DE AREIA (2009)

Investigou suspeita de pagamento de propina e doação ilegal de executivos da construtora Camargo Corrêa a políticos

Escutas que embasaram parte da operação foram consideradas ilegais por terem partido de denúncia anônima

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

“tiroteio”

Há um movimento em curso para desmoralizar investigações sérias. Por que só se anulam provas quando os alvos são políticos e conglomerados poderosos?

DO DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB-PR), delegado da PF, sobre recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça que paralisaram ações decorrentes de importantes operações policiais.

PAINEL DO LEITOR Corrupção

O editorial “Justiça a toda prova” (*Opinião*, 20/9) faz alguns rodeios quando aborda a anulação pela Justiça de provas que fundamentam os processos resultantes de operações da Polícia Federal contra a corrupção, o que resulta, de certa forma, na anulação do próprio processo.

A questão é: ou a PF e o Ministério Público são ineficientes nas investigações e na montagem dos processos ou a Justiça, no mínimo, agiu com leniência pró-réus no seu julgamento.

É realmente necessário que uma das partes preste contas à sociedade, detalhando o que aconteceu, quando não para explicar por que a impunidade continua a imperar e por que recursos públicos gastos nas operações —certamente custosas— são jogados no ralo.

JOSÉ SALLES NETO (Brasília, DF)

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Mãe de governador é escolhida para o TCU

Eduardo Campos (PE) transfere gabinete para Brasília para assegurar indicação de Ana Arraes, deputada sem expressão

PT desobedece Lula e libera a bancada; deputado do PMDB reclama de 'ação coordenada de traição'

A escolha da deputada federal Ana Arraes (PSB-PE), 64, para uma vaga no Tribunal de Contas da União mostrou a força do governador Eduardo Campos (PSB-PE), e rachou o PMDB e o PT.

Filha do governador Miguel Arraes (1916-2005) e deputada sem expressão, Ana Arraes foi eleita graças à articulação do filho governador, que há dois dias transferiu seu gabinete a Brasília.

Ela teve 222 votos, 73 a mais do que o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), que está no sexto mandato e já presidiu a Câmara. Foi a maior votação desde 1998, quando Adilson Mota obteve 223 votos. O Senado votará a indicação na próxima semana.

Candidato do PMDB, segundo maior partido da Casa (80 deputados), Átila Lins (AM) teve 47 votos: "Dos votos que recebi, o PMDB só foi responsável por 20. Os demais vieram de amigos de outras legendas. É difícil qualquer outra justificativa que não seja uma ação coordenada de traição", declarou.

O líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), afirmou que não foi uma eleição partidária, e "as relações pessoais" pesaram mais. Alves foi acusado por colegas de ter negociado o apoio do PSB para ser o próximo presidente

da Câmara, o que ele nega.

O fortalecimento de Campos não interessa ao PMDB nem ao PT: Campos é tido como um futuro candidato à sucessão presidencial, como cabeça de chapa ou como vice.

O PT contrariou orientação de Lula e liberou a bancada na votação. A oposição (DEM, PPS e PSDB) também se dividiu entre Aldo Rebelo e o auditor do TCU Rosendo Severo, que teve apenas 10 votos.

Para evitar que o clima anti-Eduardo Campos crescesse, houve na madrugada anterior à eleição uma intensa negociação em Brasília. A **Folha** apurou que dirigentes do PSB ofereceram apoio do partido a candidatos na eleição municipal de 2012, liberação de emendas pelo Ministério da Integração Nacional, controlado pelo partido, e cargos.

Antes de ir a Brasília, Campos se reuniu com deputados de Pernambuco e avisou que quem votasse contra ele seria considerado de oposição.

Até o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcante foi chamado pelo governador para reverter votos do PP a favor de Aldo: "Tentei mudar os votos de uns 30 ruralistas, mas não consegui", disse.

Advogada e ex-servidora do Tribunal de Contas de Pernambuco, Ana Arraes terá seis anos de mandato no TCU, pois precisará se aposentar aos 70. Ganhará R\$ 25,4 mil.

Ela disse que "é preciso reverter essa questão da paralisação [de obras pelo TCU], porque ela às vezes sai mais cara do que a continuação com retificação das questões que estão sendo recomendadas". Lula criticava o TCU por paralisar a realização de obras.

“É preciso reverter essa questão da paralisação [de obras pelo TCU], porque ela às vezes sai mais cara do que a continuação com retificação das questões recomendadas”

ANA ARRAES
deputada federal eleita para uma vaga no TCU

CONTINUA

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ELEIÇÃO NO TCU Deputada Ana Arraes é eleita para a vaga deixada pelo ministro Ubiratan Aguiar, que se aposentou

PLACAR DA VOTAÇÃO

Ana Arraes
PSB-PE

222 votos

Aldo Rebelo
PC do B-SP

149 votos

Átila Lins
PMDB

47 votos

PRÓXIMOS PASSOS

Nome escolhido pela Câmara tem de ser aprovado pelo Senado



Ana Arraes (ao centro) comemora com aliados no Congresso


RAIO-X


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O que é

Órgão auxiliar do Legislativo na fiscalização do uso do dinheiro público

O que faz

 > Julga contas do governo federal

 > Fiscaliza obras e envia relatórios ao Congresso

Composição

9 ministros (3 indicados pela Câmara, 3 pelo Senado e 3 pela Presidência)

OS OUTROS MINISTROS

Indicados pela Presidência

> Benjamin Zymler e
Walter Alencar Rodrigues
(indicados por FHC)

> José Múcio Monteiro Filho
(indicado por Lula)

Indicados pela Câmara

> Augusto Nardes
(deputado eleito pelo PP)

> Aroldo Cedraz
(deputado eleito pelo PFL)

Indicados pelo Senado

> Valmir Campelo
(senador eleito pelo PTB)

> José Jorge
(senador eleito pelo DEM)

> Raimundo Carreiro
(servidor, aliado a Sarney)

ANA ARRAES (PSB-PE)

> Além do apoio do partido e de Lula, recebeu aval de parte do PSDB, especialmente de Aécio Neves (MG), que quer se aproximar do filho dela, o governador Eduardo Campos (PE), presidente do PSB. Contou com a simpatia de Dilma

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Para ministro do Supremo, recursos humanos do governo estão um caos

DE BRASÍLIA - Ao defender o reajuste do Judiciário, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes disse ontem que não encaminhar a proposta ao Congresso "seria inconstitucional".

Mendes afirmou que há um "caos" na área de recursos humanos da Esplanada e cobrou uma discussão sobre a "assimetria" nos salários.

Ao enviar ao Congresso as previsões de receitas e gastos para 2012, o governo havia deixado de fora as propostas de reajustes da Justiça, que causam impacto de R\$ 7,7 bilhões nos cofres públicos.

Pressionado pelo STF e pe-

lo Ministério Público Federal, o Planalto foi obrigado a rever a proposta.

A presidente Dilma Rousseff enviou mensagem ao Congresso com os reajustes pedidos pelo Judiciário e criticando a proposta.

Mendes disse que até os supersalários de servidores do Congresso, acima do teto, de R\$ 26,7 mil, é provocado pela desorganização.

"Precisamos colocar ordem nesse caos. Vocês estão vendo servidores buscando liminar na Justiça e, se são tantos os servidores que estão ultrapassando o teto, há algo de errado nesse contexto", disse.

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Após ação da PF, Justiça suspende transação com terra pública em MG

PF aponta Vale como suspeita em negociação irregular

PAULO PEIXOTO
DE BELO HORIZONTE

A Justiça de Minas suspendeu o efeito de transações de terras públicas do norte do Estado depois de a Polícia Federal deflagrar anteontem operação que investiga um suposto esquema de grilagem de áreas ricas em minério.

A operação, que resultou na prisão de nove pessoas — entre elas funcionários públicos, um empresário e uma tabeliã —, também aponta a mineradora Vale como suspeita de envolvimento na negociação irregular das terras.

Com a decisão judicial, os proprietários de títulos de terras sob suspeita que foram

comprados entre 2007 e agosto deste ano manterão a posse, mas não poderão explorá-las economicamente.

A Justiça também bloqueou, a pedido dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, a maior parte dos R\$ 41 milhões que, segundo os órgãos de fiscalização, foram pagos pela Vale a supostos integrantes da quadrilha.

A transferência eletrônica do dinheiro foi identificada em 28 de agosto pelo Coaf, órgão do Ministério da Fazenda que combate a lavagem de dinheiro, conforme petição dos promotores à Justiça.

A mineradora negou ontem ter feito a transação no valor e nas condições apon-

tadas e disse agir com rigor ético ao adquirir terras.

Toda a operação, segundo os promotores, foi acompanhada pela Polícia Federal por meio de gravações telefônicas autorizadas pela Justiça. Isso permitiu que o Coaf fosse avisado previamente sobre o depósito bancário.

Em nota, a Vale afirmou que “não realizou compra de terreno no valor de R\$ 41 milhões na região; não fez aquisição de áreas no norte de Minas no dia 28 de agosto de 2011 e não realiza aquisição de terrenos com pagamento em espécie”.

A Vale informou ainda que “não tem conhecimento sobre o inquérito”.

? Daslu vai abrir loja no shopping mais luxuoso do Rio em novembro

DO RIO - Enquanto a parte endividada da Daslu é ameaçada de despejo do Shopping Cidade Jardim, em São Paulo, a marca se prepara para abrir uma loja de dois andares no shopping mais luxuoso do Rio de Janeiro.

Com inauguração programada para novembro, a Daslu do São Conrado Fashion Mall, na zona sul, terá cerca de 800 m² e irá abrigar as marcas Daslu, Daslu Homem, Daslu Boys & Girls e Daslu Casa.

Entre os futuros vizinhos cariocas estão as marcas Ricardo Almeida, Andrea Saletto, Maria Bonita, Alexandre Herchovitch e Enoteca Fasano. Recentemente, o shopping recebeu

uma filial da Livraria Cultura.

O valor do investimento não é revelado pela Laep, empresa de investimentos que adquiriu a marca da empresária Eliana Tranchesi em fevereiro. A parte “ruim” do negócio, que inclui dívida de mais de R\$ 500 milhões com a Receita, continua sob comando de Tranchesi.

No Rio, a loja deverá ter uma equipe de 30 funcionários. O último número da revista da Daslu foi dedicado à cidade para anunciar a abertura da filial.

Procurados novamente ontem sobre o pedido de despejo judicial do Cidade Jardim, a assessoria do Laep informou que não vai se pronunciar.

22 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Agentes de presídio no PA podem ser processados

Adolescente afirma ter
sido estuprada no local

Funcionários da casa penal em que uma adolescente de 14 anos diz ter sido estuprada, no Pará, podem responder criminalmente se ficar comprovado que eles facilitaram ou foram omissos com o abuso, diz o Ministério Público do Estado.

A promotora Brenda Melissa Braga visitou ontem a Colônia Agrícola Heleno Frago, em Santa Isabel do Pará (42 km de Belém), e afirmou que aguarda as investigações da polícia para saber como a garota entrou no local.

Cerca de 20 agentes penitenciários foram exonerados. O governo estadual estabeleceu um prazo até amanhã para confirmar a decisão ou permitir a volta dos funcionários ao trabalho.

Também foram exonerados o chefe da Susipe (Superintendência do Sistema Penal), major Francisco Mota Bernardes, e o diretor da colônia, Andrés Nunes.

O conselheiro tutelar Benilson Silva disse que enviará relatório ao Ministério Público pedindo que o Estado seja responsabilizado.

A adolescente afirmou ao conselho que foi levada à colônia por uma mulher junto com outras duas garotas.

Ela foi ouvida anteontem pela CPI do Tráfico Humano da Assembleia Legislativa.

O major Bernardes e o ex-diretor da colônia não atenderam as ligações da **Folha**.

22 SET 2011

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Trigêmeas
seguem com
tios, diz TJ

■ O caso das trigêmeas recém-nascidas de Curitiba teve mais um desdobramento na semana passada. O Tribunal de Justiça determinou que as crianças continuem com os tios. Em janeiro deste ano, logo após o nascimento, os pais tentaram entregar uma delas para adoção. Após o ocorrido, os bebês foram levados para um abrigo e, em abril, os tios receberam a guarda provisória deles.

O casal teria se arrependido e, desde então, tenta na Justiça conseguir a guarda das trigêmeas, sem sucesso.

Na época, a Justiça não concedeu a guarda aos genitores sob a justificativa de que eles não tinham condições de manter a responsabilidade de pais naquele momento. As crianças tinham apenas um mês de vida. Os pais continuam tentando reverter a decisão. O advogado da família Gláucio Antônio Pereira Filho informou que não falará porque o caso corre sob segredo de justiça.

22 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONCURSO

Sai resultado
de teste para
Defensoria

I O Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) divulgou o resultado do teste seletivo simplificado para preencher 150 cargos em comissão de assessor de estabelecimento penal. Os selecionados serão convocados nos próximos dias para atuar na Defensoria Pública do Paraná, prestando assistência jurídica aos presos e internos dos estabelecimentos penais e cadeias públicas.

A Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos e a Defensoria Pública irão convocar 300 dos 1.465 candidatos classificados, formando uma espécie de cadastro de reserva. A convocação ocorrerá nos próximos dias. A lista dos aprovados está no www.nc.ufpr.br.

22 SET 2011

GAZETA DO POVO

Juiz adia novo IPI para importadora

■ A Justiça Federal no Espírito Santo adiou por 90 dias a cobrança do aumento nas alíquotas de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para os carros importados pela Venko Motors do Brasil. A empresa, importadora de veículos da montadora chinesa Chery no Brasil, entrou com um mandado de segurança na terça-feira, pedindo o adiamento no aumento das alíquotas.

O juiz federal Alexandre Miguel, autor da decisão, aceitou o argumento da importadora de que a Constituição brasileira determina que a variação de alguns impostos — entre eles o IPI — só poderá entrar em vigor 90 dias após a publicação de lei ou decreto que a estabeleça. Com isso, de acordo com a liminar, o aumento do IPI só poderia ser cobrado após 15 de dezembro deste ano. A União pode recorrer da decisão.

Na quinta-feira passada, o governo federal anunciou um aumento de 30% nas alíquotas de IPI de carros e caminhões que tenham menos de 65% de conteúdo nacional ou proveniente do Mercosul. Ficam livres do aumento as montadoras que comprovarem investimentos em inovação. Um carro

popular de até mil cilindradas teve o IPI alterado de 7% para 37%. A medida, segundo o governo, entrou em vigor já no dia 15 deste mês e terá validade até dezembro de 2012.

A reportagem não conseguiu falar com a empresa nem com a Receita Federal no Espírito Santo, que foi citada como parte no mandado de segurança.

Supremo

O partido Democratas ingressará hoje no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para tentar derrubar o aumento do IPI. O partido pretende usar a mesma justificativa da importadora da Chery: a medida vai contra a Constituição porque não poderia ter entrado em vigor antes de 90 dias, prazo previsto na alínea c do inciso III do artigo 150.

O partido justifica sua atuação com o argumento de que a medida protecionista do governo servirá apenas para que o consumidor pague mais e tenha um carro de pior qualidade. Para o partido, o melhor caminho para defender a indústria nacional seria a diminuição da carga tributária, a queda dos juros, a redução da burocracia e investimentos em infraestrutura.

22 SET 2011

CURITIBA GAZETA DO POVO

Direção da Câmara nega existência de “jornal fantasma”

CONTINUA

AFASTAMENTO

Derosso apresenta defesa

O presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), encaminhou ontem, por escrito, sua defesa no processo que pede seu afastamento temporário. O vereador foi acusado de quebra de decoro parlamentar em relatório do Conselho de Ética da Câmara. Caso a acusação seja considerada procedente, o afastamento ainda deve ser votado em plenário.

Os vereadores Pastor Valdemir Soares (PRB), Noêmia Rocha (PMDB) e Dirceu Moreira (PSL) ficaram responsáveis por elaborar uma resolução final sobre o caso, levando em consideração o

relatório final do Conselho, a defesa de Derosso e eventuais outros indícios. Os três têm apenas duas opções: arquivar o processo ou remetê-lo ao plenário, com indicação de afastamento. Antes de ir à votação, entretanto, a resolução terá que passar pela procuradoria jurídica da Casa e pela Comissão de Legislação e Justiça (CLJ). Não há prazo definido para a análise dos documentos.

Dirceu pode sair

Substituto de Zezinho do Sabará (PSB) no Conselho, Dirceu Moreira pode deixar também o Conselho de Ética por motivos de saúde. O vereador passa por tratamento médico por conta de uma lesão na tíbia. Talvez ele tenha de ser operado. “Caso eu seja operado, terei que pedir licença médica, não só do Conselho, mas do plenário também”, afirma o vereador. O presidente do Conselho, Francisco Garcez (PSDB), disse aguardar um posicionamento oficial do vereador antes de comentar o caso. (CM)

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 SET 2011

Casa informa à oposição que gastou, entre 2006 e 2010, R\$ 14 milhões para rodar o jornal Câmara em Ação. E alega que foram impressas 68 edições do periódico

Chico Marés

■ A direção da Câmara de Curitiba apresentou na terça-feira as respostas de um pedido de informações da vereadora Professora Josete (PT), a respeito do jornal Câmara em Ação, que era suspeito de nunca ter sido impresso. O documento declara que 68 edições foram rodadas, com periodicidade mensal, entre 2004 e 2010, e cita também as duas gráficas que teriam realizado as impressões — o que não era informado nos PDFs disponíveis na internet. As respostas, entretanto, foram consideradas vagas e pouco detalhadas.

A Casa gastou, entre 2006 e 2010, R\$ 14 milhões com a impressão do jornal, por meio da empresa Visão Publicidade. Segundo informações do Tribunal de Contas do Estado (TC), as tiragens variaram entre 54 mil e 247 mil exemplares. Entretanto, desde o dia 18 de agosto, quando reportagem da RPTV divulgou a existência desse informativo, apenas um exemplar foi encontrado: um eleitor mandou uma cópia anteontem para o vereador Algaci Túlio (PMDB). Não existem exemplares na Biblioteca Pública do Estado e nem na própria biblioteca da Câmara.

Segundo a diretoria da Casa, existem cópias do informativo nos arquivos da diretoria contábil-financeira. Além disso, foi informado que os exemplares eram distribuídos em locais públicos, algumas escolas municipais e na própria Câmara. A responsabilidade pelos locais exatos de distribuição, segundo o comando da Câmara, era da empresa Visão Publicidade — à pergunta feita por Josete pedia a inclusão de nome e



Antônio Morel/Gazeta do Povo

Professora Josete: vereadora considerou as informações vagas e pouco detalhadas.

endereço dos pontos de venda, o que não foi respondido.

As informações repassadas pelo comando da Casa não discriminam também quais eram os custos de produção do informativo. Esses dados, de acordo com a direção, podem ser consultados em documentos à disposição dos vereadores na diretoria contábil-financeira. Já os contratos de terceirização dos serviços são descritos como de responsabilidade da empresa Visão Publicidade.

Outro questionamento foi sobre o fato de Cláudia Queiroz Guedes, mulher do presidente da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB), ter sido a jornalista responsável por algumas das edições do jornal.

A diretoria nega qualquer relação da empresa de Cláudia, a Oficina da Notícia, com a publicação, mas não diz por que ela era a responsável pelo informativo e

qual o grau de participação dos funcionários da Câmara na produção do jornal. Além de Cláudia, a jornalista Priscila de Sá e Benevides Carneiro, diretora da assessoria de comunicação da Casa, também aparece como responsável pela publicação em algumas edições.

Respostas insuficientes

Para Josete, as respostas dadas por Derosso não foram satisfatórias, já que muitas questões não foram respondidas com o detalhamento requisitado. A vereadora destaca também que a resposta não partiu da presidência da Casa, e sim do diretor administrativo e financeiro, João Carlos Milani — que assina o documento. “O setor financeiro da Casa é quem responde. Várias questões ali teriam de ser respondidas pelo presidente, pois são avaliações políticas, e não técnicas”, afirma.

CONTINUA

22 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CPI quer esclarecer “caminho feito” por verbas de publicidade

■ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades nos contratos de publicidade da Câmara de Curitiba realizou ontem sua primeira reunião para discutir os rumos da investigação. No encontro foram apresentados requerimentos pedindo a lista de veículos de comunicação que receberam verbas da Câmara e a cópia dos contratos da Casa com as empresas Oficina da Notícia e Visão Publicidade. A CPI foi assinada por 36 dos 38 vereadores no dia 15 de agosto.

Para o presidente da CPI, o vereador Emerson Prado (PSDB), a reunião foi bastante positiva. “Encaminhamos muitos requerimentos, e teremos um maior acervo de documentos a nosso dispor”, comentou. Prado disse também que a lista de veículos, junto com os contratos, deve esclarecer o caminho feito pelas verbas de publicidade. “É importante que tenhamos os dados completos, desde a dotação orçamentária até o ponto final, que são os veículos de comunicação.”

Entretanto, boa parte da reunião foi dominada por discussões entre o vereador Paulo Frote (PSDB) e os dois representantes da oposição, Paulo Salamuni (PV) e Pedro Paulo (PT). Frote se sentiu ofendido por causa da visita da bancada de oposição à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para o vereador, esse comportamento levanta suspeição sobre o trabalho da CPI.

“Os vereadores demonstraram fraqueza e incompetência ao pedir que a OAB fiscalize a Câmara. Esse

é o trabalho deles”, afirmou o vereador. “Pedir ajuda para estimular a população a cobrar nossas investigações passa uma imagem ruim da própria comissão.” Frote disse, também, que a oposição tenta, com isso, “criar fatos novos para aparecer na mídia”.

Pedro Paulo rebateu: “É a obrigação de cada parlamentar dialogar com a sociedade, independente de sua posição ideológica e partidária”. Pedro Paulo reforçou, também, que a OAB sempre acompanhou o trabalho dos vereadores e que todos os parlamentares foram convidados a visitar a entidade.

Comissão de licitação

O primeiro depoimento da CPI também foi marcado. A comissão de licitação responsável pela contratação das empresas Oficina de Notícias e Visão Publicidade — composta por quatro funcionários da Câmara — foi convocada para depor na próxima quarta-feira. O grupo já depôs para o Conselho de Ética e, na ocasião, reafirmou que a responsabilidade pelas contratações era do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB). (CM)



Prado: primeiro depoimento vai ouvir integrantes da comissão de licitação.

22 SET 2011
GAZETA DO POVO
NOTA POLITICA

Parapensar...

“Precisamos colocar ordem nesse caos que está imperando na área de recursos humanos. Vocês estão vendo servidores buscando liminar na Justiça e se são tantos os servidores que estão ultrapassando o teto, há algo de errado nesse contexto.”

Gilmar Mendes, ministro do Supremo, criticando o governo, afirmando que “seria inconstitucional” não encaminhar ao Congresso a proposta de aumento do Judiciário.

GAZETA DO POVO

Ex-diretor reafirma denúncias de fraudes no Porto

2 SET 2011

Heliberton Cesca

Ex-diretor técnico da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Leopoldo Campos reafirmou ontem, em depoimento aos integrantes da CPI dos Portos da Assembleia Legislativa do Paraná, as denúncias de irregularidades na gestão dos portos paranaenses. Campos contou sobre supostas fraudes em licitações e citou erros técnicos em projetos de construção de terminais de armazenagem na área portuária.

Campos ocupou o cargo na direção da Appa por quatro meses, entre junho e setembro de 2007, e acabou demitido após apresentar um relatório de cerca de 200 páginas, com as supostas falhas no porto, ao então governador Roberto Requião (PMDB), que tinha o irmão Eduardo como superintendente da Appa. Entre as irregularidades apontadas por Campos estavam falhas na licitação e erros no projeto de construção do terminal de fertilizantes. "A licitação foi subdimensionada com valor de R\$ 9,7 milhões, quando deveria custar cerca de R\$ 15 milhões", afirmou.

O ex-diretor lembrou ainda de problemas no projeto do terminal de álcool, que está até hoje sem operar; deficiências na dragagem do canal de acesso ao porto; e indícios de favorecimento a uma empresa no processo de concorrência para os serviços de limpeza e conservação da área portuária. Para ele, o ex-superintendente Eduardo Requião deve responder pelas acusações.

O depoimento do ex-diretor foi o primeiro da CPI, que investiga as administrações da Appa durante o governo Requião.

Acusações

Durante a reunião, o deputado Stephanes Jr. (PMDB) acusou Roberto Requião de prevaricação por não investigar as denúncias feitas na época por Campos. "Ele recebeu informações de obras superfaturadas e diversas irregularidades e o que ele fez foi demitir o Leopoldo. Se isso não é prevaricar, não sei o que é."

O ex-governador foi defendido

OPERAÇÃO DALLAS

Procuradoria tenta reverter anulação

Karlos Kohlbach

A Procuradoria Regional da República da 4ª Região deve entrar com recurso até amanhã para tentar reverter a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que na semana passada anulou todas as provas obtidas pela Operação Dallas, da Polícia Federal, por meio de escutas telefônicas e interceptação de e-mails. Os desembargadores da 7ª Turma entenderam que os pedidos de escutas telefônicas foram feitos por um juízo "incompetente". A decisão foi publicada ontem.

No recurso, o procurador da República Douglas Fischer vai pedir a anulação da decisão sob o argumento de que a competência para julgar o caso é da 8ª Turma, e não da 7ª. Caso o recurso não seja acolhido pelo TRF, Fischer promete ingressar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir as investigações.

Em janeiro deste ano, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal deflagraram a Operação Dallas, que resultou na prisão de dez pessoas acusadas de envolvimento em supostas fraudes cometidas no Porto de Paranaguá. Entre os investigados estão os dois ex-superintendentes do Porto Eduardo Requião e Daniel Lúcio Oliveira de Souza.

por Rasca Rodrigues (PV), que foi secretário de Meio Ambiente no governo do peemedebista. O deputado alegou que Eduardo Requião levou o relatório elaborado por Campos, com o contraponto de diretores da Appa, ao Ministério Público e à Polícia Federal (PF).

22 SET 2011

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

PORNOGRAFIA

Polícia prende cinco pessoas por pedofilia

¶ Cinco pessoas foram presas pela Polícia Federal, ontem, acusadas de pertencer a um esquema de pedofilia durante uma operação batizada de Eco 40. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão, e de prisão em Curitiba, Mandaguáçu, São José (SC), Cotia (SP), Campinas (SP) e São Bernardo do Campo (SP).

Segundo o policial federal Marcos Koren, responsável pela comunicação da PF, um mandado de prisão e uma detenção em flagrante ocorreram em Curitiba.

Na residência dos detidos, a PF encontrou um disco de dois terabytes carregado com imagens pornográficas de crianças e adolescentes. Em Mandaguáçu, a PF cumpriu mandado de busca e apreensão e recolheu um HD, uma máquina fotográfica e memória para computador. "As investigações ocorrem há dois anos e várias provas embasaram os pedidos de mandados de busca e de prisão", disse Koren.

Todos os presos serão trazidos a Curitiba. A pena para quem mantém material pornográfico infantil varia de um a quatro anos de prisão.

Adiamento

Foi adiada pela segunda vez a votação do pedido de cassação do deputado federal Ângelo Vanhoni (PT-PR). O juiz Auracyr Azevedo de Moura pediu vista ontem quando a votação estava 2 a 1 pela cassação do parlamentar. O Ministério Público Eleitoral pede a perda do mandato dele porque Vanhoni recebeu doação de uma concessionária de serviço público, o que é proibido por lei. A Cable Link OS TV doou R\$ 100 mil ao parlamentar. "O dinheiro ficou na conta por alguns dias, mas foi devolvido assim que se percebeu a irregularidade", argumentou a advogada do deputado, Fabiana Cristina Ortega. A votação será retomada no próximo dia 5.

COLUNA DO LEITOR

Provas ilícitas

Triste para população brasileira assistir ao que tem ocorrido com nosso país! Lutamos contra a corrupção desenfreada, mas somos obrigados a ver o STF colaborando para a não justiça! Sem querer defender a Polícia, que é corrompida em alguns casos, mas as raras vezes que algum político, ou influente, será julgado, o STF resolve anular as provas! Além de tudo, gera precedente para muitos outros casos, e a Justiça acaba não sendo aplicada!

Diogo de Almeida Lima

COLUNA DOS LEITORES

Multas da Urbs 1

A iniciativa privada para fiscalização de infrações pode gerar multas até então sem causas justas, até porque dificilmente, mesmo recorrendo, o cidadão ganha a causa. Tenho impressão de que, como gera lucro, passa a ter interesse em dar produção e comissões nas ocorrências.

Josué Santana

Multas da Urbs 2

Se realmente fizerem valer essa decisão que proíbe a Urbs e a Diretran de aplicarem multas, a desordem será ampla no trânsito. Justamente quem deseja ou quem desdenha o trabalho feito pela Urbs deve ser quem não respeita as leis, quem desconhece o trabalho educativo e regulamentado das agentes de trânsito que estão ali cumprindo suas atividades conforme normas severas e não estão ali com ordens para receber ou arrecadar nada ilegal.

Mayanna Gonçalves Cordeiro

22 SET 2011

GAZETA DO POVO

PARANAGUA

Confirmada fraude em plantões médicos

Cintia Junges,
especial para a Gazeta do Povo

■ O Ministério Público do Paraná (MP) confirmou a fraude dos médicos que recebiam por plantões não realizados em Paranaguá, no litoral do estado. As irregularidades ocorreram no Hospital Regional do Litoral entre julho de 2005 e abril de 2006, quando o então diretor-clínico do hospital, Fabio Giovanni Dilda, denunciou os desvios. Além dos "plantonistas fantasmas", também houve a comprovação de que médicos recebiam valores cheios por plantões incompletos ou não presenciais. As investigações comprovaram desvio de R\$ 400 mil.

De acordo com Ana Paula Pina Gaio, promotora responsável pelo caso, a denúncia envolvendo 10 médicos, entre eles o ex-chefe da regional de saúde de Paranaguá e um funcionário de recursos humanos, chegou ao MP em 2007. "Todos os médicos envolvidos foram investigados separadamente, pois cada caso apresentava aspectos diferentes dos demais", observou.

Esquema

O esquema para fraudar os plantões funcionava com a falsificação da assinatura do diretor-clínico do hospital, responsável por conferir e atestar as informações contidas nas fichas dos plantonistas e repassá-las à

pagamento dos médicos. Informações contidas nas fichas, como o número de plantões feitos mensalmente, a assinatura de frequência e a conta bancária dos médicos, eram adulteradas na regional de saúde.

Segundo o MP, seis dos médicos nunca fizeram plantões no Hospital Regional do Litoral. "Um dos médicos afirmou que ficava na casa de uma amiga e era chamado somente quando necessário", observou a promotora. O MP ajuizou ações individuais contra nove médicos plantonistas por improbidade administrativa. O ex-chefe da regional e o funcionário figuram em todas as ações. As investigações devem apurar ainda a responsabilidade criminal dos envolvidos.

GAZETA DO POVO

LUIZ ALBERTO VARGAS

PAULO LUIZ SCHMIDT 22 SET 2011

Controle de ponto eletrônico, um novo tempo

Todos os critérios para aferição da confiabilidade dos registros de presença no trabalho, criados ao longo de muitos anos em prol da segurança jurídica, foram postos por terra a partir do advento dos chamados “pontos eletrônicos” que foram implantados sem qualquer discussão prévia com os trabalhadores, sindicatos ou com as autoridades públicas.

Como as marcações nos controles de ponto eletrônico não mais deixam vestígios físicos, mas se transformam em dados digitalizados, sua apresentação passa a ser feita na forma de “relatórios” que, podem ou não, dependendo da manipulação dos dados feita pelo empregador, ser fiel às marcações originalmente produzidas pelo empregado. Perdem-se, de uma vez, todas as características que permitiam distinguir entre os registros verdadeiros e os registros falsos: não há mais certeza que esses tenham sido produzidos pelo empregado, nem nos horários ali declarados.

A edição das portarias 1.510/2011 e 373/2011 representa um grande avanço na moralização dos sistemas de ponto eletrônico. Elas partem de um inteligente critério: o de que os fabricantes de sistema de ponto eletrônico devem se responsabilizar pela confiabilidade dos equipamentos e sistemas informatizados que apresentam ao mercado, da mesma forma como qualquer fabricante é responsável pelo que produz e comercializa.

Assim como é inadmissível que algum fabricante ponha à disposição dos consumidores produtos perigosos à saúde ou à segurança da população, certamente não é concebível que

fabricantes de sistemas de ponto eletrônico ponham no mercado produtos que possam ser utilizados para fraudar direitos do empregado ou para sonegar tributos ao erário público, sem que, pelo menos, fique clara a imprestabilidade desses produtos para fins de comprovação trabalhista ou fiscal.

Por outro lado, tal como faz o Inmetro, as portarias remetem a órgãos especializados a certificação de que os sistemas de ponto eletrônico atendem ou não as exigências mínimas.

E, evidentemente, declara-se que sistemas que não detenham a certificação de atenderem tais exigências mínimas são imprestáveis para os fins de cumprimento das exigências do artigo 74 parágrafo 2º da CLT. Assim, nenhum empregador necessita utilizar o controle de ponto eletrônico. Mas se tiver mais de dez empregados e quiser usar tais sistemas, há de fazê-lo através de um sistema certificado.

Certamente não se pode sustentar que o Ministério do Trabalho tenha excedido de sua competência. Em primeiro lugar, porque há a expressa previsão para expedição de instruções regulatórias, como já se viu. Em segundo lugar, porque logicamente cabe ao Ministério, que tem o dever de fiscalização das relações de trabalho, estabelecer parâmetros para a produção de documentação fiscal isenta de fraude ou sonegação.

Com a adoção generalizada de tais sistemas padronizados de Registros Eletrônico de Ponto (REP), pode-se certamente esperar que diminuam sensivelmente os conflitos entre empregado e empregador relativamente à contagem das horas de trabalho.

Como cada empregado poderá ter um pequeno extrato de cada marcação de horário produzida, as partes passam a contar com uma confiável docu-

mentação, bilateralmente produzida, que se constituirá, judicialmente, em uma prova cabal da jornada realizada, possivelmente tornando dispensável a realização da sempre tormentosa prova testemunhal.

O empregado terá certeza quanto às possibilidades de demonstrar em juízo eventuais horas extras trabalhadas, já que poderá requer ao juiz que determine ao Oficial de Justiça a coleta dos dados brutos contidos no REP (“Arquivo-fonte de dados” – AFD) disponíveis através de um simples acesso ao sistema por um *pendrive* acoplado à chamada “porta fiscal” (todo sistema deverá conter um porta serial especificamente para tal finalidade). Já o empregador terá a certeza de que os relatórios apresentados (com todas as modificações que forem necessárias – compensações, retificação de marcações equivocadas, etc.), os chamados “dados tratados” (apresentados no chamado “Arquivo-fonte de dados tratados” - AFDT) poderão ser facilmente cotejados com os dados brutos (AFD), dando rastreabilidade e confiabilidade às alterações produzidas pelos DRHs das empresas, o que será valioso quando se tratar de conferir os denominados “bancos de horas”.

A edição de tais normas regulamentadoras pelo MTE pode representar um novo tempo para as relações de trabalho no Brasil, para a Fiscalização Trabalhista e para o Judiciário do Trabalho.

E, sem dúvida, representará mais um passo no rumo de uma maior restrição ao prolongamento abusivo da jornada de trabalho no Brasil.

Luiz Alberto Vargas, desembargador do Trabalho na 4ª Região; **Paulo Luiz Schmidt** é vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

STF eleva benefício de seus ministros

Membros do Supremo decidiram aumentar o valor de seus auxílios-moradia; decisão pode provocar efeito cascata em todo o Judiciário

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se autoconcederam um aumento no auxílio-moradia pago pela corte. Numa sessão administrativa ocorrida ontem, eles aumentaram em 59,19% o valor do benefício, passando dos atuais R\$ 2.750 para R\$ 4.377,73. É provável que a decisão leve a um efeito cascata no Judiciário, pois outros órgãos também pagam auxílio moradia a seus juízes e auxiliares.

No caso do STF, o benefício é concedido a ministros e juízes auxiliares que não têm residência em Brasília e não ocupam imóveis funcionais. Em relação aos juízes auxiliares, o aumento foi de 23,06%, subindo de R\$ 2.750 para R\$ 3.384,15. Dos oito ministros presentes à reunião administrativa na qual foi discutido o assunto, apenas Marco Aurélio Mello votou contra.

A decisão de reajustar substancialmente o benefício ocorreu no mesmo dia em que juízes e integrantes do Ministério Público fizeram uma mobilização em Brasília pela valorização das carreiras e por mais segurança. Magistrados, promotores e procuradores defendem a aprovação pelo Congresso de projetos de lei que reajustariam o salário dos ministros do STF dos atuais R\$ 26,7 mil para R\$ 32 mil.

O governo é contra por causa do impacto de um eventual reajuste num momento de corte de gastos. Como o salário do Supremo é o teto do funcionalismo, toda vez que o valor é reajustado ocorrem aumentos em cascata.

De acordo com informações divulgadas ontem pelo STF, o impacto mensal do aumento do auxílio moradia no tribunal será de R\$ 78.829,03 e o anual, de R\$ 945.948,36. A assessoria do Supremo informou que atualmen-

te dos 11 ministros que integram o tribunal apenas Luiz Fux recebe auxílio moradia. Os outros moram em imóveis funcionais ou têm residência própria.

Para aprovar o reajuste no auxílio moradia, o STF se baseou em benefícios pagos a outras autoridades de Brasília. Ministros de Estado recebem atualmente auxílio moradia de R\$ 6.680,76, senadores ganham R\$ 3,8 mil e deputados federais, R\$ 3 mil.

Magistrados e integrantes do Ministério Público que participaram da mobilização ontem em Brasília estiveram no STF. Uma comitiva foi recebida pelo presidente, Cezar Peluso. Centenas de autoridades bem vestidas esperaram do lado de fora do tribunal pelo resultado da reunião.

Um dos líderes do movimento que estava no gabinete da presidência da Corte sugeriu a Peluso que acenasse para os manifestantes. Ele reagiu: "Não sou JK." Encerrada a movimentação, muitas das autoridades que participaram da mobilização foram embora em carros oficiais.

Legislativo. O ministro Gilmar Mendes, depois de se reunir com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), criticou o supersalários do Legislativo. "Precisamos colocar ordem nesse caos que está imperando na área de recursos humanos", disse o ex-presidente do STF. "Se são tantos os servidores (do Legislativo) que estão ultrapassando o teto (do funcionalismo), há algo de errado nesse contexto", criticou. Mendes referia-se aos "supersalários" que estão sendo questionados nos tribunais porque excedem o teto da Constituição equivalente aos salários dos ministros do STF (R\$ 26,7 mil).

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Esvaziamento de operações da PF já preocupa ministra



Dúvida. Eliana Calmon: 'ou a PF ou a Justiça está errada'

Integrante do STJ Eliana Calmon afirma que a anulação das provas da 'Boi Barrica' mostra que alguma coisa está errada

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, disse ontem que está preocupada com o esvaziamento de operações da Polícia Federal.

Indagada se casos como a Boi Barrica – missão da PF que o STJ anulou porque considerou ilícitas as provas colhidas –, podem enfraquecer o poder de investigação policial, ela foi taxativa. “Acho, e acho preocupante. Alguma coisa está errada.”

“Ou a Polícia Federal está inteiramente errada, jogando fora o dinheiro da Nação, fazendo investigações temerárias, ou a Justiça está errada”, assinalou.

Ela sugeriu: “Então eu acho que nesse momento nós precisamos parar para raciocinar sobre o que nós estamos fazendo com o dinheiro do contribuinte”.

A Boi Barrica, depois denominada Faktor, é um procedimento da PF que levou ao indiciamento do empresário Fernando Sarney por tráfico de influência, formação de aquadrilha e lavagem de dinheiro. Ele é filho do presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP).

O STJ derrubou todo o trabalho da PF em apenas 6 dias, tempo que levou para julgar habeas corpus impetrado por um funcionário do Grupo Mirante, de pro-

priedade da família Sarney.

Em São Paulo, Eliana Calmon participou do encerramento de um ano do mutirão Judiciário em Dia, no Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF3), o maior do País – foram julgados nesse período 88 mil processos.

Escutas. Depois do evento, Calmon falou sobre escutas telefônicas. Em 2011, a Justiça já autorizou mais de 17 mil grampos em todo o País.

A avaliação da corregedora é esta: “Como o País está descobrindo mais corrupções, como o País está crescendo mais e, na medida que cresce, a corrupção também aumenta, naturalmente o trabalho da polícia aumenta. Eu não acho que nem seja positivo, nem negativo”.

A ministra, que integra os quadros do Superior Tribunal de Justiça desde 2009 e assumiu a Corregedoria Nacional de Justiça em setembro de 2010, considera que a PF é que tem de dizer se as interceptações são imprescindíveis. “Só a polícia pode ver se é necessário ou não. A ideia que nós temos é que nem sempre a prova pode ficar só em escuta telefônica.”

Ela ressaltou, no entanto, a complexidade que cerca o rastreamento de organizações criminosas com ramificações na administração. “Sabemos das dificuldades de se fazer investigação em crimes tais como lavagem de dinheiro e corrupção por grupos organizados que estão infiltrados dentro do Estado.”

Jurisprudência. Segundo Calmon, a ação desses grupos se dá dentro de repartições públicas. “Muitas vezes esses crimes não deixam rastros, não deixam provas materiais. Muitas e muitas vezes somente através de escutas telefônicas é que a polícia tem condições de começar a investigação.” Questionada sobre o tempo recorde de seis dias que o STJ levou para acolher habeas corpus e aniquilar a Boi Barrica, a ministra disse. “Eu não sei, eu não conheço o processo. Eu não vi as provas, então eu não posso dar uma opinião abalizada. O julgamento de habeas corpus é rápido, de um modo geral.”

Calmon observou que seus colegas aplicaram jurisprudência consolidada na 6.^a Turma da corte e no Supremo Tribunal Federal. “Me parece, pelo que eu li nos jornais. (A jurisprudência) tratava da contaminação do inquérito e das provas colhidas nesse inquérito, quando uma das provas iniciais está viciada.”

● Dinheiro da Nação

ELIANA CALMON

MINISTRA DO STJ

“Ou a Polícia Federal está inteiramente errada, jogando fora o dinheiro da Nação, fazendo investigações temerárias, ou a Justiça está errada”

“Então eu acho que nesse momento nós precisamos parar para raciocinar sobre o que nós estamos fazendo com o dinheiro do contribuinte”

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz reclama denúncia do MPF na Boi Barrica

22 SET 2011

Ney Bello, da 1.ª Vara Criminal Federal no MA, ressalta que seis juízes já despacharam nos inquéritos, mas os investigados ainda não foram acusados

O juiz federal Ney Bello cobrou do Ministério Público Federal (MPF) o oferecimento da denúncia contra os investigados nos cinco inquéritos que compõem a Operação Boi Barrica (rebatizada de Faktor), que investiga a atuação de integrantes da família do presidente do senado, José Sarney (PMDB-AP). Titular da 1.ª Vara Criminal da Justiça Federal, em São Luís, no Maranhão, Bello é o responsável pela tramitação dos inquéritos.

Segundo ele, seis juízes já despacharam nos inquéritos que tramitam há cinco anos, mas até o momento os investigados não foram acusados formalmente. Bello também observou que e as investigações continuam sendo feitas pelo MPF e pela Polícia Federal. "Esperamos que o Ministério Público tome a decisão de pedir o arquivamento para os fatos que mereçam e ofereça denúncia quando couber", disse Bello ao Estado.

O juiz foi cauteloso ao falar sobre o assunto e argumentou que ainda não havia recebido os documentos com a decisão da 6.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que anulou provas da operação com base em interceptações que haviam sido autorizadas em sua vara criminal.

"Na verdade, a decisão de autorizar a quebra dos sigilos foi tomada por um juiz substituto e diz respeito à quebra de sigilo de e-mail. Só chegou um telex (*informando*) que houve o julga-

mento, mas ainda não recebemos a documentação. Precisamos conhecer os limites objetivos e subjetivos da decisão", afirmou na última terça-feira, ao atender a reportagem.

"Este processo é complexo e tem várias provas. É preciso verificar que provas foram anuladas. As provas que foram anuladas serão retiradas do processo e o que foi considerado válido será mantido", completou o juiz, evitando transparecer qualquer traço de resistência à decisão tomada pelo STJ.

Bello é neto mais velho de um ex-governador do Maranhão, Newton Bello, e professor de direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Instituto de Direito Penal (IDP), de Brasília. Veterano em processos polêmicos, ele atuou em casos como o da CPI de cargas roubadas e do narcotráfico que resultaram na cassação e condenação na Justiça estadual de dois deputados estaduais maranhenses no final dos anos 1990.

• Futuro

NEY BELLO

JUIZ FEDERAL

"Esperamos que o Ministério Público tome a decisão de pedir o arquivamento para os fatos que mereçam e ofereça denúncia quando couber"

"Este processo é complexo e tem várias provas. É preciso verificar que provas foram anuladas"

O ESTADO DE S. PAULO

SINAIS PARTICULARES

22 SET 2011



Retrato do soba em família

FORUM DOS LEITORES

CORRUPÇÃO STJ

Após quatro anos de investigação policial séria, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por ordem do insuportável Sarney, joga tudo no lixo, constituindo um dos mais tristes episódios do Brasil. Nunca antes na História deste país houve uma propaganda tão grande da impunidade.

ROBERTO SOARES HUNGRIA

cardosohungria@gmail.com

Itapetininga

“O STJ pensa que é deus, Sarney tem certeza. Deus me livre!”

HELICIO SILVEIRA / SÃO PAULO,
SOBRE A OPERAÇÃO BOI BARRICA
heldiasilveira@gmail.com

Perplexidade

Enquanto o STJ acode o clã Sarney e o TRE-SP distribui cartilhas sobre resíduos sólidos, tomado da maior perplexidade, pergunto-me quem poderá acudir o cidadão brasileiro “comum”. Deus? As Forças Armadas? O Taleban?

NELSON PENTEADO DE CASTRO

“Os membros do clã Sarney fazem história: um deles, na Academia Brasileira de Letras, se tornou imortal e todos, para o STJ, são impuníveis”

HUMBERTO SCHUWARTZ SOARES
/ VILA VELHA (ES), IDEM
hs-soares@uol.com.br

O ESTADO DES. PAULO

FORUM DO LEITOR 22 SET 2011

TRE-SP

Projeto Coleta Seletiva

Embora indignado com as afirmações e ilações contidas no editorial *Os resíduos sólidos do TRE* (20/9, A3), prefiro responder com serenidade ao **Estado**, que sempre mereceu o meu respeito. É absolutamente aceitável que o jornal discorde de a Justiça Eleitoral estar engajada num projeto que, aparentemente, não tenha ligação direta com a atividade eleitoral. No entanto, a iniciativa do TRE não pode ser interpretada como foi pelo editorialista. A promiscuidade apontada não existe e nunca existiu. Tenho 42 anos dedicados à Justiça (20 no Ministério Público e 22 na magistratura) e nunca sofri tamanha injustiça. A iniciativa do TRE não é alheia às funções da Justiça Eleitoral. Esclareço, por oportuno, que a Resolução 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao dispor sobre o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário no seu artigo 1.º, inciso III, h, impõe como atributo de valor do Judiciário a responsabilidade social e ambiental. O Projeto Coleta Seletiva, ênfase, está alinhado com o Plano Nacional do Judiciário do CNJ e do TSE. No Planejamento Estratégico do TRE-SP, aprovado pelo plenário, ele está inserido no tema Responsabilidade Social, cujo objetivo estratégico é “promover a responsabilidade social (cidadania) e a sustentabilidade”. Busca incentivar ações de conscientização da sociedade sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente e oferecer informações básicas para a implantação desse tipo de coleta. A empresa Jetro Ambiental foi contratada pelo TRE, em julho, por R\$ 14.400, em total conformidade com a legislação. Nos dias 5

e 12 de agosto o TRE reuniu-se com os juízes eleitorais para apresentação do projeto. A convocação para as reuniões foi feita por ofício que explicava os dois temas das palestras: Projeto Coleta Seletiva de lixo e doações irregulares em campanha. Na oportunidade, orientei os juízes eleitorais a exercerem também o seu papel administrativo, pois creio que poderiam ser importantes multiplicadores do projeto nos seus municípios, representando a Justiça Eleitoral como agentes políticos. A Justiça Eleitoral é a Justiça que mais se aproxima da cidadania e a sustentabilidade é profundamente ligada ao cidadão. Não me alio à interpretação de que o contato do magistrado com o chefe do Executivo municipal, como o proposto, seria inadmissível e imoral. Penso que no século 21 os juízes devem assumir um papel de vanguarda, sem comprometimento da sua lisura. Estou à disposição para debater o tema, reduzido e distorcido pelo jornal.

WALTER DE ALMEIDA GUILHER-

ME, presidente TRE-SP

eliana.passarelli@tre-sp.gov.br

São Paulo

N. da R. – A atribuição funcional da Justiça Eleitoral é clara. Por mais que planos estratégicos do Judiciário e de tribunais superiores recomendem a aproximação com a sociedade, por meio de iniciativas destinadas a valorizar responsabilidade social e cidadania, não há correlação alguma entre direito eleitoral e defesa da sustentabilidade. Juízes eleitorais nada têm que ver com o estímulo à implementação de projetos de coleta seletiva de resíduos sólidos e seu envolvimento com prefeitos, como foi proposto pelo TRE-SP. O editorial mostrou que a reação de vários juízes eleitorais à orientação recebida deixou claro que a corporação tem consciência dos riscos inerentes à extrapolação de suas funções e agiu com prudência e sensatez.

20 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Os resíduos sólidos do TRE

Numa iniciativa sem precedentes, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo tentou converter a Corte responsável pela aplicação da legislação eleitoral no Estado em instrumento de lobby e propaganda, ao recomendar aos juízes eleitorais que distribuam a 290 prefeituras paulistas exemplares de uma cartilha e cópias de DVDs sobre programas de coleta seletiva de lixo produzidos por uma empresa privada. A recomendação foi feita em agosto, durante um evento convocado para discutir formas de coibir doações irregulares em campanhas eleitorais.

A empresa é de propriedade de um consultor do TRE que, além de acumular a função de diretor de meio ambiente da prefeitura de Franco da Rocha, foi contratado pelo TRE para fazer a cartilha e ministrar palestras para ajudar os juízes eleitorais a se “conscientizarem” da importância dos programas de coleta seletiva de lixo e estimulá-los a persuadir prefeitos a firmar “convênios” com empresas privadas especializadas.

A iniciativa do TRE, totalmente alheia às funções da Justiça Eleitoral, foi justificada pelo presidente da Corte, desembargador Walter de Almeida Guilherme, com um argumento absolutamente descabido. Ele alegou que, como os municípios brasileiros terão de se adequar ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos a partir de 2012, os juízes eleitorais paulis-

tas poderiam “contribuir” para a implantação dos serviços de coleta de lixo nos municípios sob sua jurisdição. “O juiz é um difusor de ideias. Não custa nada distribuir a cartilha. É ação de responsabilidade social”, disse ele.

Além de corresponder a uma “responsabilidade moral”, para o presidente do TRE, a participação da magistratura na propaganda “aproxima o Judiciário da cidadania”. “Convoquei os juízes” – diz o desembargador Almeida Guilherme – “porque esse aspecto da coleta é muito ligado à cidadania. O Tribunal deve ser difusor dos di-

Tentou-se converter a Corte em instrumento de lobby e propaganda de empresa privada

reitos e deveres do cidadão. O papel do juiz não é apenas no gabinete, queremos um Judiciário mais próximo da cidadania.” Esqueceu-se o presidente do Tribunal que magistrados são aplicadores do direito positivo, e não vendedores de serviços e difusores de projetos de empresas particulares.

O presidente do TRE confessa ainda que, apesar de não ter imposto a distribuição da cartilha e dos DVDs como uma obrigação, sugeriu aos seus subordinados que chamassem os prefeitos “para falar do interesse da Justiça nessa questão”. Disse que não estava preocupado com eventuais ações por improbidade administrativa que o Ministério Público poderia impetrar. E alegou que a rela-

ção dos juízes com a empresa e com os prefeitos não seria comercial, mas institucional.

Por sua vez, o proprietário da empresa, Jetro Menezes, deu a sua contribuição para o despautério: “Um servidor público não pode ficar limitado à sua pasta, tem de ter um horizonte um pouco maior. O juiz não pode ter só a função de juiz eleitoral, mas uma função um pouco maior que isso”. Por mais absurdo que pareça, o empresário é consultor do TRE.

Diante de tanta promiscuidade no relacionamento entre o presidente de um tribunal e um empresário por ele contratado como consultor, os juízes eleitorais paulistas fizeram o que se esperava, negando-se a desempenhar o papel que lhes foi “sugerido” pelo desembargador Walter de Almeida Guilherme. Lembraram que a Justiça Eleitoral nada tem a ver com questões ambientais e classificaram como inadmissível e imoral a orientação que receberam. “Entrego meu cargo, mas não entrego a cartilha. Não faço o papel de garoto-propaganda de empresa”, disse um dos juízes. A orientação foi “equivocada” e a iniciativa de fazê-la foi “lamentável”, afirmou José H. Rodrigues Torres, presidente da Associação Juízes para a Democracia.

Para evitar a desmoralização da Justiça Eleitoral paulista, esse é um caso que tem de ser investigado o mais rapidamente possível pela Corregedoria do Tribunal de Justiça. Não fazê-lo será confirmar a imagem da corregedoria como um órgão minado pelo corporativismo e sem coragem para punir juízes.

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

STJ condena 15 por fraude no caso Banestado

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou condenação criminal, por gestão fraudulenta e evasão de divisas, de 15 envolvidos no caso Banestado – dirigentes e assessores do antigo Banco do Estado do Paraná. A decisão, do último dia 13, é da 5.^a Turma de ministros do STJ, que manteve penas que variam de cinco anos e dez meses a quatro anos e um mês de reclusão – originalmente mais elevadas, em sentença de 2004 do juiz Sérgio Fernando Moro, da 2.^a Vara Criminal Federal em Curitiba.

Moro, especialista em ações sobre crimes financeiros, autorizou toda a investigação que levou à descoberta do rombo no Banestado. A Polícia Federal calcula que US\$ 24,059 bilhões foram enviados para fora do País por meio de contas de residentes no exterior (contas CC5), no período de abril de 1996 e

janeiro de 2000.

Daquele total, US\$ 5,68 bilhões teriam sido remetidos ao exterior através de contas CC5 mantidas no Banestado “por meios fraudulentos”.

A investigação revelou que R\$ 2,44 bilhões foram depositados, entre 1996 e 1997, em contas CC5, com posterior envio ao exterior, através de 91 contas correntes comuns, “abertas em nome de pessoas sem capacidade econômica, os laranjas”. A maioria das contas laranjas foi aberta em agências do Banestado em Foz do Iguaçu (PR).

Moro concluiu que houve “burlas do sistema de controle instituído pelo Banco Central”. “A fraude era conhecida por gerentes e diretores da instituição financeira”, assinalou.

Moro condenou os dirigentes do Banestado por gestão fraudulenta, evasão de divisas e quadrilha. O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4), em Porto Alegre, manteve a condenação por gestão fraudulenta e evasão e reduziu as penas impostas na primeira instância. O STJ confirmou a decisão do TRF4,

O ESTADO DE S. PAULO

Juíza decreta prisão de 18 em fraude milionária

Entre os acusados, donos e diretores de construtoras acusados de burlar taxa para construir prédios acima do limite. Rombo foi de R\$ 70 milhões

A Justiça decretou a prisão preventiva de 18 acusados de participação em fraudes contra a Prefeitura no pagamento da outorga onerosa, taxa cobrada para construir prédios acima do tamanho permitido pela lei de zoneamento. Ao todo, sete réus estão presos, nove foragidos e dois obtiveram habeas corpus para responder ao processo em liberdade.

O rombo estimado no Tesouro gira em torno de R\$ 70 milhões. Na denúncia do Ministério Público Estadual, pesam contra os acusados os crimes de formação de quadrilha e estelionato, praticados desde 2007.

Os mandados de prisão preventiva foram expedidos anteriormente pela juíza Cristina Alves Biagi Fabri, da 1.ª Vara Criminal da capital. Dos 18 acusados, dois já estavam presos. Na operação policial feita ontem, outros três foram detidos: o dono da construtora Marcanni, Marco Aurélio de Jesus, e os despachantes Carlos dos Santos Rodrigues e Orlando Federzoni. Os irmãos Raphael e Alexandre Dionísio de Oliveira, donos da Nobre Consultoria, se apresentaram à Justiça ontem à tarde, segundo o advogado deles, Wellington Vieira Martins Jr. Ele diz que seus clientes foram envolvidos em uma situação sem saber do que se tratava.

Dois dos réus obtiveram habeas corpus para ficar em liberdade. Os outros acusados estavam sendo procurados pelas equipes da Divisão de Capturas da Polícia Civil ontem à noite – eles não haviam sido encontrados até as 20 horas. Os policiais fizeram buscas em quatro cidades do Estado: São Paulo, Bragança Paulista, Jundiaí e Mongaguá. Todos são considerados foragidos e seus nomes agora fazem parte de lista dos procurados pela polícia.

Segundo a denúncia, donos e diretores das construtoras atuavam como financiadores da quadrilha e se beneficiavam ao obter alvarás para empreendimentos sem pagar o valor devido aos cofres públicos, adulterando autenticações de pagamento e falsificando documentos.

Parte dos acusados responde também por uso de documento falso, fraude processual e falsidade ideológica na regularização do prédio comercial The One, no Itaim-Bibi, zona sul. Essa é a maior fraude: R\$ 14 milhões em taxas teriam deixado de entrar nos cofres municipais.

Defesa. Esse empreendimento no Itaim-Bibi, localizado na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, é de propriedade da Mesarthin Empreendimentos Imobiliários, consórcio formado pelas Construtoras Zabo e Odebrecht.

Em nota, a Odebrecht diz que vai recorrer da decisão judicial que cita três de seus diretores – João Alberto Lovera, Luciano Fernandes de Melo Mansur e Paulo Ricardo Baqueiro de Melo – que ontem não haviam sido localizados pela polícia. Segundo a construtora, seus funcionários “sempre agiram com total ética, lisura e correção”. A empresa diz que é acusada “injustamente” e que está “absolutamente segura da forma íntegra e transparente como atua” no mercado.

Foram pedidas também as prisões de donos das construtoras Zabo, Porte e Onoda. A Onoda e a Zabo Engenharia não se manifestaram. O advogado da Porte, Rodrigo Capobianco, diz que seu cliente se considera inocente e pretende se apresentar à Justiça. O Estado não obteve resposta do advogado da Construtora Marcanni nem dos representantes dos despachantes presos.

22 SET 2011

CRONOLOGIA

9 de agosto

Ponta do iceberg

Após dois meses de investigações, Corregedoria-Geral do Município encontra falsas guias de recolhimento do pagamento de outorga onerosa

26 de agosto

Rombo revelado

Fraude é tida como a maior da história contra a Prefeitura. Prejuízo supera os R\$ 50 milhões e quatro são presos

29 de agosto

Embargo

A Prefeitura embarga 21 prédios – a maioria em construção – em razão de fraudes

13 de setembro

Denúncia

A Corregedoria aponta envolvimento de 20 pessoas, entre as quais donos de construtoras. Todos são denunciados e 13 têm a prisão decretada

● **Delação**

Dois dos acusados de participação da fraude da outorga receberam o benefício da delação premiada depois que resolveram auxiliar as investigações. Ambos ficarão em liberdade.

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça nega devolução e telas de Naji Nahas continuam no MAC

Alvo da Satiagraha, ação da PF anulada pelo STJ, investidor não comprovou a origem dos bens, segundo procuradoria

O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF-3) negou pedido de restituição de bens feito pelo investidor Naji Robert Nahas. Alvo da Operação Satiagraha – polêmica investigação da Polícia Federal sobre suposto esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas –, Nahas requereu a devolução de 7 obras de arte, das quais 4 gravuras de Miró e 3 quadros de Fukushima Tikashi, Sergio Milliet e a tela Eternit Bar.

O acervo, que ornava as paredes do escritório de Nahas, em Pinheiros (SP), está sob guarda no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP) há três anos, por decisão da 6.^a Vara Criminal Federal. Por maioria de votos, a 1.^a Seção do TRF-3 indeferiu o pedido e manteve as obras sob apreensão. Para a Procuradoria Regional da República (PRR), “o fato de Nahas não conseguir comprovar proveniência de obras de autores renomados só vem a reforçar os indícios de origem ilícita dos bens”.

A Satiagraha foi desencadeada em 8 de julho de 2008. Há quatro meses, porém, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a operação porque a PF mobilizou arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Quando a Satiagraha foi desencadeada agentes armados vasculharam o escritório do investidor em busca de documentos e computadores, mas levaram também os quadros.

O criminalista Sérgio Rosen-

thal, que defende Nahas, luta pela liberação dos quadros. Em recurso ao TRF-3, Rosenthal sustentou que nunca imputaram ao investidor cometimento de crime na aquisição de obras de arte. Segundo ele, não há indício de que o acervo apreendido tenha sido adquirido com produto de crimes e que o confisco das gravuras seria totalmente desnecessário para a investigação.

A PRR rebateu a alegação de que não há suspeitas sobre a aquisição das obras. Argumenta que Nahas poderia ter apresentado “os documentos que comprovassem a proveniência dos bens apreendidos”.

Segundo a procuradoria, “não é minimamente crível que Naji Robert Nahas adquirisse obras de importantes artistas e simplesmente não pudesse comprovar a origem dos bens em razão do decurso de tempo”.

“Ocorreu um fato que muda toda a circunstância desse caso porque o STJ decidiu que todas as provas da Satiagraha são ilícitas”, assinala Sérgio Rosenthal.

O criminalista ingressou com petição junto à 6.^a Vara Federal requerendo anulação do procedimento de busca e apreensão. Seu argumento central é a decisão do STJ. É a primeira ofensiva da defesa a partir da ordem do STJ.

“A decisão (do TRF-3) não faz Justiça, não é razoável”, avalia o advogado. “As obras já pertencem à família (de Nahas) há 20 anos. Foram apreendidas há mais de três anos sem que o Ministério Público Federal tenha lançado uma única acusação contra meu cliente. Não há nada contra ele, muito menos uma denúncia formal.”

● Defesa

SÉRGIO ROSENTHAL

CRIMINALISTA, ADVOGADO DE NAJI NAHAS

“A decisão não faz Justiça, não é razoável”

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-governador de RR vira réu em ação no STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu a denúncia e instaurou ação penal por peculato contra o ex-governador de Roraima, Neudo Campos e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Marcus de Hollanda Farias, que deverá ficar afastado até o fim da instrução do processo.

A decisão da Corte Especial do STJ foi unânime. Campos, Farias e outros três denunciados escaparam da acusação por formação de quadrilha. O crime foi considerado prescrito.

Os réus foram denunciados por envolvimento no chamado "escândalo dos gafanhotos", esquema que envolvia a inclusão de aproximadamente 6 mil de funcionários fantasmas na folha de pagamento do Departamento de Estradas e Rodagem. O desvio calculado pelo Ministério Público chegaria a R\$ 70 milhões.

O processo chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) quando ele se elegeu deputado. Em 2010, ele renunciou ao mandato. O processo deixou então o STF. Como um dos réus é ministro do Tribunal de Contas, o processo foi remetido para o STJ.

Pelo mesmo caso, Campos já foi condenado por peculato a 16 anos de prisão.

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

STF diz que morador de rua fechada não é obrigado a pagar condomínio

Pela primeira vez, tribunal proíbe cobrança mensal, adotada por várias associações no País a título de limpeza ou segurança

A 1.^a turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu antontem que moradores de vilas em ruas fechadas não podem ser obrigados a pagar taxa de condomínio. A cobrança desses valores, segundo a corte, seria inconstitucional. O entendimento abre o precedente para que mais de mil casos do tipo já julgados – número computado somente na Justiça paulista – sejam revertidos em favor dos moradores.

A obrigação de se pagar mensalidade ou taxas para associações de moradores – que optam por fechar ruas ou vilas para garantir normalmente limpeza ou segurança – é discutida na Justiça há décadas. Mas foi a primeira vez que o STF se manifestou sobre o tema. Tribunais estaduais de São Paulo e do Rio entendiam exatamente o contrário e obrigavam os moradores a pagar os valores cobrados. A justificativa é de que a pessoa usufrui os serviços prestados pela associação. Dessa forma, não contribuir configuraria enriquecimento ilícito.

“Essa cobrança é irregular. Se você compra uma casa ou apartamento em um condomínio, é obrigado a ratear as despesas da manutenção das áreas comuns. Isso é legal. Mas essas vilas fecham ruas públicas e começam a cobrar por serviços que deveriam ser prestados pela prefeitura ou pelo governo estadual”, explica o advogado Gustavo Magalhães Vieira, que defendeu esse argumento no STF. “Eles tomam de assalto um bem público

e cobram mesmo de quem não quer se associar.”

A decisão do STF diz respeito a um caso específico no Rio, mas o entendimento pode tornar-se jurisprudência se for repetido outras vezes na mesma corte. Caso isso aconteça, várias vilas de casas geridas por associações formadas após o fechamento de ruas – situação comum em bairros como a Granja Julieta, em São Paulo, ou em cidades da Região Metropolitana, como Cotia, Carapicuíba e Jandira – também não poderão mais cobrar mensalidade.

Legalidade. Em São Paulo, o número de casos é tão grande que moradores se articularam para criar uma organização para defender quem não quer pagar as mensalidades, a Associação das Vítimas de Loteamentos e Residenciais do Estado de São Paulo (Avilesp). Sua tesoureira, Yvone Akemi Okida, de 75 anos, conta que é cobrada desde 1992 por uma associação de Cotia, criada em um loteamento feito pelo próprio pai décadas atrás.

MP. “Até hoje mandam boletos, cobrando R\$ 1,9 mil por mês por dois lotes que ainda tenho, de cerca de 350 m²”, afirma. Ela briga na Justiça para que seja reconhecido seu direito de não pagar. “No meu caso, nada ainda foi decidido, mas tem gente perdendo o único imóvel, a saúde e tendo a família desestruturada por causa dessas cobranças.”

O Ministério Público Estadual coleciona denúncias desse

tipo desde 2002. No fim do ano passado, o promotor José Carlos de Freitas entrou com uma ação civil pública contra a Prefeitura de São Paulo e uma associação de moradores na orla da Represa do Guarapiranga, na zona sul.

Ele explica que a Justiça paulista demonstra um entendimento quase unânime de que o morador deveria ser obrigado a pagar as mensalidades. “Nossa leitura, porém, é que o Tribunal de Justiça não estava analisando dois aspectos constitucionais: o direito de ir e vir de quem não mora nesses locais fechados e o livre direito de associação. Ninguém é obrigado a se associar ou ficar associado”, afirma. Esse caso ainda tramita no Judiciário.

CONTINUA

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Justiça paulista julgou 196 casos somente na capital

● Na capital paulista, pelo menos 196 ações para cobrar moradores que não queriam pagar mensalidade para associações já foram julgadas pelo Tribunal de Justiça (TJ-SP). A maior parte rendeu ganho de causa às associações, acusando os réus de enriquecimento ilícito. O mesmo aconteceu com a maioria das 1.315 ações julgadas pelo TJ-SP no interior do Estado.

O promotor José Carlos de Freitas aconselha, após essa decisão do STF, que todos os moradores que foram cobrados indevidamente peçam indenização na Justiça. "A partir de agora, essas pessoas podem mover ações contra as respectivas associações ou dirigentes. Todos os que foram cobrados têm condições hoje de ingressar com pedido de ressarcimento de perdas materiais e morais relativas ao período de cobrança", diz

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO Eleita para o TCU, Ana Arraes já defende Planalto

Com mobilização política que incluiu até Lula, governador Eduardo Campos garante vitória da mãe, que estreia criticando paralisação de obras irregulares



Celebração. Cercada de aliados, Ana Arraes comemora a vitória: outros 5 concorreram à vaga

● Paralisação

ANA ARRAES

NOVA MINISTRA DO TCU

"É preciso rever essa questão da paralisação. Deve haver muito zelo com o dinheiro público, e esse zelo eu vou ter. Mas a paralisação, às vezes, sai mais cara do que uma retificação"

QUEM É

Ana Arraes,
nova ministra do TCU

● Advogada, nascida em Recife, Ana Lúcia Arraes de Alencar é filha do ex-governador Miguel Arraes e mãe do governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Filiou-se ao PSB em 1991. Em 2006, foi eleita deputada federal com mais de 178 mil votos, a terceira maior votação do Estado. No ano passado, foi a candidata mais votada no Estado, reeleita com quase 388 mil votos.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 SET 2011

Em uma eleição que serviu mais para medir o poder de fogo do padrinho do que a capacidade de articulação da candidata, o plenário da Câmara escolheu ontem a deputada Ana Arraes (PSB-PE) para ocupar uma vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

A eleição mobilizou governadores, secretários de Estado, prefeitos, vereadores, presidentes de partido e até um ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e um ex-presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. O autor da proeza de agregar tantas personalidades em sua primeira grande articulação política nacional é o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), filho de Ana Arraes.

Foi com esse time de reforço em ação no Congresso que Campos elegeu sua mãe e líder do PSB na Câmara. Ela disputou com outros cinco candidatos os votos dos 493 deputados presentes à sessão no plenário da Câmara ontem, mas pôs 73 votos de vantagem sobre o principal adversário, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Placar final: 222 a 149 dados ao comunista. O terceiro candidato mais competitivo para o TCU, deputado Atila Lins (PMDB-AM), obteve apenas 47 votos.

Afinada. Antes mesmo de assumir a vaga deixada pelo ex-deputado tucano Ubiratan Aguiar, que se aposentou em julho passado, Ana Arraes mostra que pode ser útil ao governo federal, sempre queixoso do TCU, que paralisa obras públicas sob suspeição de irregularidades como o superfaturamento de preços.

“É preciso rever essa questão da paralisação. Deve haver muito zelo com o dinheiro público, é esse zelo eu vou ter, mas o julgamento precipitado macula e a paralisação às vezes sai mais cara do que uma retificação dos problemas com continuidade da obra”, afirmou Ana Arraes, logo depois de eleita.

A nova ministra avaliou que seu filho governador deu prova de força política ao reunir tanta gente em sua campanha, mas valorizou o próprio perfil de advogada e ex-assessora do Tribunal de Contas de Pernambuco.

“A candidata responde com a inteireza de seu nome para agregar”, ressaltou Ana Arraes. Apesar da fartura de padrinhos oficiais, ela disse que não houve “chapa branca na eleição” nem “vitória de bandeja”. “Trabalhei duro nos últimos dois meses, sem um sábado ou domingo de folga”, argumentou.

Depois da eleição, Campos foi a estrela do almoço que reuniu 14 governadores na residência oficial do presidente da Câmara, Marcos Maia (PT), para discutir a Emenda 29 que trata do financiamento da saúde pública. Agradeceu a todos, sobretudo ao anfitrião, que agendou o encontro para o dia da votação do TCU e forçou a presença de governadores em Brasília.

A maioria dos governadores acionados por Campos para ajudar na campanha trabalhou por telefone com os deputados de seus Estados, mas antes do almoço o cearense Cid Gomes fez questão de passar pela Câmara. “Não vim fazer chantagem nem pressionar ninguém. Vim pedir o voto para Ana Arraes”, disse Gomes, que acompanhou a votação do cafezinho do plenário.

Cid Gomes aplaudiu o esforço de Campos para eleger sua mãe. “Todos os meios legítimos devem ser usados.” Mas o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) reprovou a operação política. “É um absurdo que um governador – seja ele quem for – deixe os seus afazeres no Estado para eleger a mãe para o TCU. Se isso não é nepotismo, não é abuso do poder político e uso da máquina, eu não sei mais o que é.”

22 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

LEI MARIA DA PENHA

TJ mantém condenação de Dado Dolabella a dois anos e nove meses em regime aberto

O Tribunal de Justiça do Rio manteve a condenação do ator Dado Dolabella a dois anos e nove meses de prisão, em regime aberto, por agressão à atriz Luana Piovani e à camareira Esmeralda de Souza, em 23 de outubro de 2008.

A briga aconteceu em uma boate na Gávea, zona sul do Rio. Dado agrediu a atriz; a camareira tentou intervir e também foi agredida. O ator foi denunciado por infringir a Lei Maria da Penha, que pune a violência doméstica, e condenado em



MARCOS D'PAULA/AE- 23/3/2009

agosto de 2010 pelo 1.º Juizado de Violência Doméstica Familiar contra a Mulher do Rio. Dado recorreu e a 4.ª Câmara Criminal do TJ manteve a pena, anteontem. Cabe recurso ao próprio Tribunal de Justiça.

Condenado policial que matou assaltante do BC

Cida Alves

ESPECIAL PARA O ESTADO

A 3.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou a 24 anos de prisão o ex-policial civil Sérgio Antonio dos Santos, acusado de sequestrar e matar, em outubro de 2005, Luís Fernando Ribeiro, o Fê, financiador do assalto ao Banco Central de Fortaleza em agosto do mesmo ano.

Os desembargadores também determinaram a imediata execu-

ção de um mandado de prisão contra Santos, que saiu anteontem do tribunal para a cadeia. A defesa do acusado já protocolou no Superior Tribunal de Justiça (STJ) um pedido de habeas corpus para que o réu aguarde em liberdade o julgamento dos recursos que serão apresentados à última instância.

Santos havia sido absolvido em primeira instância, juntamente com os outros dois acusados do crime, o também ex-policial civil Alessandro Nunes Perei-

ra e o empresário Marco Aurélio Gomes. O TJ-SP manteve a absolvição de Nunes e Gomes. O quarto acusado, o advogado Roberto Ribeiro, acabou morto em dezembro de 2009.

Em 9 de outubro de 2005, o corpo de Luís Fernando foi encontrado com sinais de tortura em Camanducaia (MG). Na madrugada do dia anterior, ele havia sido sequestrado em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, por dois homens armados que se diziam policiais federais. A família chegou a pagar um resgate de R\$ 2,2 milhões, mas Luís Fernando acabou assassinado. Outros ladrões da quadrilha que levou R\$ 164 milhões do BC denunciaram extorsão por parte de policiais.

Conselheiro que revelou abuso no PA é ameaçado

Carlos Mendes

ESPECIAL PARA O ESTADO / BELÉM

O conselheiro tutelar Benilson Silva, que denunciou às autoridades a violência sexual que T., de 14 anos, sofreu dentro da colônia penal Heleno Fragoso – em Santa Isabel do Pará, a 50 km de Belém – durante quatro dias, pediu proteção policial.

Ele disse que recebe ameaças de morte por telefone. Segundo Silva, em um dos telefonemas ele foi advertido que corria risco,

assim como a mulher e filhos, se não parasse de dar entrevistas sobre o caso. A polícia disse que vai protegê-lo. O Conselho Tutelar decidiu afastá-lo do caso.

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República mandou para Belém uma comissão para investigar o abuso sexual contra a menina. A comissão esteve na colônia, que desde ontem ganhou reforço de nove policiais militares.

O ouvidor nacional de Direitos Humanos, Domingos Silvei-

ra, disse que os escândalos no sistema penitenciário do Pará são recorrentes e não podem mais acontecer.

A garota reconheceu em fotografias de detentos da colônia quatro presos que a teriam violentado. Ela reafirmou que havia estado uma vez no presídio antes de ter sido abusada por vários prisioneiros. Acrescentou que teve de vestir roupas masculinas para entrar nos pavilhões 1 e 4. “Ficávamos (ela e mais duas meninas) presas em um quarto. Se tentássemos correr, eles nos matavam. Eles davam dinheiro e comprávamos lanches para a gente. Fugi para não morrer”, disse T.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Falta de 22 SET 2011

ministros causa lentidão nos julgamentos

A quantidade de processos passou de 14 mil para 228 mil em 2010

Quando propôs que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tivesse o dobro de ministros do que tem hoje (de 33 para 66), o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), trouxe à tona a questão da grande quantidade de processos que aguardam decisão da corte. A quantidade passou de 14 mil em 1990 para mais de 228 mil processos distribuídos em 2010, um aumento de mais de 1.000%. Apesar do excesso de recursos, o número de ministros no STJ não mudou.

Na mensagem encaminhada ao chefe do Judiciário, ministro Cezar Peluso, Marco Aurélio afirma que o número reduzido de ministros para o excesso de trabalho está levando o STJ a falhar na resposta de um dos pedidos mais urgentes da Justiça brasileira, o habeas corpus. "Há casos em que o processo fica, após aparelhado, aguardando a submissão ao colegiado por mais de ano", afirma Marco Aurélio.

Não é raro o STF determinar que o STJ decida com urgência questões penais estacionadas em gabinetes. Recentemente, a 2ª Turma da Suprema Corte determinou que o STJ julgasse o habeas corpus de um corretor condenado a quase 17 anos de prisão por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Seus advogados queriam que o caso fosse analisado por um juiz diferente do atual. O habeas corpus aguarda decisão do STJ há mais de dois anos.



Marco Aurélio afirma que o número reduzido de ministros para o excesso de trabalho está levando o STJ à falhas.

As estatísticas mostram a evolução desse tipo de recurso na corte. Em 2005, 9,2 mil habeas corpus foram julgados no STJ, número que saltou para 28,2 mil em 2010. Apenas entre janeiro e agosto deste ano, 24 mil casos foram analisados.

De acordo com ministros do STJ, a ampliação de critérios para recebimento de habeas corpus tem atrapalhado seus próprios beneficiários. Eles afirmam que, além de congestionar gabinetes, a situação também impede o STJ de se debruçar em teses inéditas.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, não acha que a restrição de habeas corpus seja a saída para impedir o excesso de recursos. "Isso seria repetir um erro histórico no tratamento dos tribunais, impedir que o recurso chegue por meio de uma expectativa restritiva da defesa", avalia Ophir.

Para Ophir, o aumento de vagas no STJ seria a solução mais eficaz para suprir a dificuldade de julgamentos céleres. "A Justiça tem que ser compreendida pelo clamor da sociedade, e para isso tem que ter estrutura", argumenta, lembrando que hoje só 30% da população tem acesso à Justiça.

Ophir ainda considera "estranho" que haja resistência de alguns ministros para a ampliação do tribunal. "Eles deveriam agradecer, porque iriam dividir mais o trabalho".

22 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Norte do Paraná recebe lançamento de revista jurídica

Aconteceu na OAB de Londrina, no dia 14 de setembro, o Congresso Internacional de Direito do Consumidor, na ocasião aconteceu o lançamento da 3ª ed. da Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo com a presença do professor Mario Frota de Portugal, presidente do Conselho Diretor da revista. A publicação defende a tese que o intercâmbio entre os avanços do direito do consumo entre Brasil e Portugal, é muito importante. A obra reflete os princípios e regras do direito do consumidor, entre os dois países, tomando como referência os ordenamentos jurídicos nacionais.

O presidente do Conselho Diretor da revista Luso-Brasileira, prof. Mário Frota, falou que “enquanto instrumento privilegiado na cooperação que força é o desenvolvimento entre Portugal e Brasil em todos os domínios, em particular no direito do consumidor. As razões da publicação são os trabalhos elaborados em ação formativa, a necessidade de incrementar os trabalhos interdisciplinares, o reforço do diálogo transatlântico, e no recíproco conhecimento das realidades que



O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/Londrina, Dr. Flávio Caetano de Paula, e o presidente da apDC, Prof. Mário Frota

enformam a aplicação do direito” conclui o professor.

A Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo é um extraordinário laboratório de idéias em vista do desenvolvimento e do progresso do direito do consumo nas interrelações entretecidas. Vários tópicos foram abordados na revista, entre eles: O modelo da boa-fé objetiva; Centros de informação, mediação e arbitragem de conflitos de consumo em Portugal; Direito de arrependimento ou desistência (o direito de retratação); Publicidade, comercialização e

proibição de utilização de certos termos; Proteção da concorrência leal com redução de custos de conformidade pelos empresários, entre outros temas.

Mário Frota falou ainda sobre os esforços do desembargador Joatan Marcos de Carvalho e do editor responsável pela publicação, Luiz Fernando de Queiroz, ambos de Curitiba, “são pessoas envolvidas diretamente no projeto da revista que já se consagrou no meio jurídico” ressaltou Frota.

A obra é uma publicação da editora Bonijuris.

22 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Salvo pelo pedido de vistas

O mandato do deputado federal Ângelo Vanhoni (PT) esteve em julgamento no TRE-PR ontem e a perigo. Dois votos pela cassação foram dados e um contra, em um total de seis votantes. Mas o deputado foi salvo pelo pedido de vistas de um dos juízes que adiou o julgamento para o dia 5 de outubro.

Vanhoni está sendo julgado por uma representação fundada em "possível captação e gasto ilícito de recursos para fins eleitorais" em sua campanha de 2010 para deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores.

A análise das prestações de contas do deputado identificou "o recebimento de doação, no valor de R\$ 100.000,00, no dia 15.19.2010, originada de Cable Link OS TVA Cabo Ltda., concessionária de serviço público de TV aberta, que teria sido restituída ao doador na data de 04.10.2010". O Ministério Público requer a cassação do mandato de Vanhoni devido a identificação de "documentos que constituem prova de irregularidades na arrecadação e gastos de recursos em campanha eleitoral".

STJ divulga dados sobre processo de filho de Sarney

Seis dias após a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anular provas obtidas em processo que envolve o empresário Fernando Sarney, a corte decidiu tratar do assunto em sua página institucional em matéria divulgada na última terça (20).

Na última quinta-feira (15), os ministros do STJ decidiram que dados obtidos pelo relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) não são suficientes para determinar quebra de sigilo. O entendimento acabou invalidando diversas provas colhidas na Operação Faktor (ex-Boi Barrica), que apurou crimes contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro no Maranhão.

A investigação teve início em 2006, quando o Coaf comunicou à Polícia Federal uma movimentação financeira suspeita nas contas de Fernando Sarney e sua mulher, Cristina Murad Sarney. O empresário é filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O Ministério Público usou o comunicado para pedir a quebra de sigilo bancário dos acusados, que foi seguida pelas quebras de sigilos telefônicos e fiscais.

O relator do caso, ministro Sebastião Reis Júnior, disse que não houve indicação de elementos mínimos que pudessem justificar a quebra dos sigilos antes que outras diligências fossem feitas. Ele foi acompanhado pela maioria dos ministros, e agora as provas ilegais devem ser retiradas dos autos. Caberá ao juiz do caso a análise dessa extensão em relação a outras quebras de sigilos. O Ministério Público ainda pode recorrer da decisão.

Não é a primeira vez que provas da Polícia Federal são anuladas pela Justiça. Recentemente, as provas das operações Satiagraha, Castelo de Areia e Diamante também foram consideradas irregulares e, por isso, invalidadas. A PFI não se manifestou sobre a decisão do STJ.

22 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

Paraná em segundo no ranking de "grampos"

Pelo menos 17.122 linhas telefônicas foram monitoradas por decisão da Justiça, segundo relatório fechado em agosto de 2011. Esse número é um pouco inferior ao verificado em balanço fechado no mesmo mês do ano passado, quando 17.417 linhas estavam sob monitoramento naquele momento. Os dados são do Sistema Nacional de Controle das Interceptações Telefônicas, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça. Na Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região realizou o maior número de escutas, 840. Já em relação à Justiça Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) foi responsável por determinar 2.690 escutas, e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), por 1349. Também apresentaram números elevados o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que determinou 833 escutas, o TJ de Goiás (TJGO), 1105 e o TJ do Rio Grande do Sul (TJRS), 1041.

Vanhoni na berlinda

Um pedido de vistas do juiz Auracyr Azevedo de Moura adiou o julgamento do processo no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) que avalia a cassação do mandato do deputado federal Ângelo Vanhoni (PT-PR). O Ministério Público pediu a cassação do petista sob a acusação de "captação e gasto ilícito de recursos para fins eleitorais". Na sessão realizada ontem, dois juízes — Luciano Carrasco e Marcelo Malucelli — votaram favoráveis à cassação de Vanhoni. Já a juíza Andrea Sabbaga de Melo votou pela absolvição.

22 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

PF prende cinco por pornografia infantil

Um homem foi preso pela Polícia Federal (PF) em Curitiba, ontem, durante a Operação Eco 40, que apura crimes de posse e divulgação de pornografia infantil. As investigações duraram seis meses. Outro mandado de prisão foi cumprido em Campinas (SP). A PF também cumpriu seis mandados de busca e apreensão em Curitiba e Mandaguçu, no Paraná; Cotia, Campinas e São Bernardo do Campo, em São Paulo; e São José, em Santa Catarina.

Na capital paranaense, o suspeito, cujo nome não foi divulgado, tinha outro pedido de prisão preventiva decretado. Na casa dele a polícia encontrou um disco rígido de dois terabytes de capacidade de armazenamento totalmente ocupado com fotos e vídeos de pornografia infantil. Os dois mandados eram para homens de 49 e 56 anos.

Mais três pessoas foram presas em flagrante de posse de material pornográfico infantil, que seria distribuído por encomenda. A Polícia Federal espera divulgar o balanço da operação até hoje. A Polícia Federal no Paraná tem uma unidade especial de combate a pedofilia e que mantém contato com policias internacionais.

Nesta semana, um idoso também foi preso em Curitiba de posse de material com pornografia infantil. Ele estava em uma lan house baixando material pornográfico com conteúdo infantil. Ele já tinha passagem pela mesma atividade.

22 SET 2011

METRO

MP denuncia 10 médicos fantasmas em Paranaguá

Nove ações civis por improbidade administrativa foram ajuizadas pelo MP-PR (Ministério Público do Paraná) contra dez médicos de Paranaguá, no litoral. Eles não trabalharam ou trabalharam menos do que deveriam no Hospital Regional, mas receberam salários integrais ou indevidos.

Os médicos assinavam a ficha de ponto, com dia e horário que teriam atendido. A mesma ficha passava pelo diretor clínico, que cuidava dos plantões, e era entregue na regional de Saúde para serem feitos os recibos, certificados pelo diretor geral, e encaminhados à Secretaria de Estado da Saúde.

400 mil reais é a estimativa de rombo nos cofres públicos, sem correção monetária. MP pede devolução dos valores.

No esquema, o diretor clínico teve a assinatura falsificada, segundo a promotora de Justiça em Paranaguá, Ana Paula Pina Gaio.

Alguns médicos trabalharam três meses, no entanto, receberam por seis meses. "Teve um médico que dizia estar em plantão na casa do amigo, mas recebia por plantão presencial, que tem pagamento bem maior do que o de sobreaviso", conta Gaio.

Os suspeitos de articular a fraude são o ex-chefe da regional de Saúde do município e o ex-chefe de recursos humanos.

Os médicos estão sendo notificados para apresentar defesa, mas a investigação não está encerrada. "Continua a investigação criminal, por crime de peculato", afirma Gaio.

Reajuste de planos por idade é proibido

A Unimed de Londrina e a Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina Hospitalar não podem reajustar as mensalidades em razão da mudança da faixa etária para usuários ou dependentes com 60 anos ou mais de idade.

A decisão, que atende ação civil pública, é do MP-PR (Ministério Público do Paraná), vale para todos os contratos, independente de terem sido firmados antes ou depois do Estatuto do Idoso. Em caso de descumprimento, a multa será de R\$ 500 por dia. ● METRO CURITIBA

MP aciona prefeito de Apucarana

O Ministério Público em Apucarana apresentou ontem ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito da cidade – e ex-vereador –, João Carlos de Oliveira, e o vereador Mauro Bertoli. Os dois são acusados de receber irregularmente diárias quando estiveram à frente da presidência da Câmara Municipal. Após a concessão das diárias, não teria sido exigida a prestação de contas. ● METRO CURITIBA

TRIBUNA DO PARANÁ

CPI | Ex-diretor detalha série de denúncias contra irmão de Requião. Engenheiro foi demitido após apontar irregularidades

Chuncho no porto

22 SET 2011

A CPI do Porto na Assembleia Legislativa ouviu, ontem, a primeira peça-chave na investigação de supostas irregularidades cometidas na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. O engenheiro Leopoldo Campos, ex-diretor técnico da Appa, foi à comissão dar detalhes aos deputados sobre a série de denúncias que fez ao ex-governador Roberto Requião, à Polícia Federal e ao Ministério Público, sobre as ilegalidades que testemunhou no período de quatro meses (entre junho e setembro de 2007) em que trabalhou no porto. O engenheiro declarou que a Operação Dallas é mínima perto da quantidade de irregularidades ocorrida no porto.

“A Operação Dallas é a ponta do iceberg. Foi investigado apenas um dos tópicos. Mas as irregularidades são muito maiores. Não é só desvio de carga, ou a questão da draga, que ocorreu depois que eu saí de lá. Tem irregularidades em obras, fraudes em licitações, problemas de gerência, favorecimento a terceiros. Está tudo no Ministério Público, nos Tribunais de Contas, na Polícia Federal, na Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)”, disse.

Relatório

Campos lembrou que antes de levar as denúncias ao Ministério Público, levou tudo documentado ao então governador Roberto Requião. “E a única pro-

vidência que ele tomou foi me exonerar. Chamou o superintendente Eduardo Requião, pediu um relatório sobre tudo o que denunciei e, em 24 horas, o relatório estava pronto dizendo não haver nenhuma irregularidade e fui demitido”, disse. “Ninguém faz relatório nem sobre roubo de açúcar em 24 horas”, comentou.

No depoimento, Campos detalhou algumas das denúncias, como a condução de processos por pessoas de fora do porto, direcionamento de projetos e licitações, alteração nas obras em relação ao que foi licitado e contratado, utilização de material inadequado em obras e descumprimento da legislação ambiental.

Campos não citou nenhuma autoridade com responsável pelas irregularidades em seu depoimento. Questionado na saída da reunião, disse que não era necessário. “Eles são os responsáveis por contratar as pessoas e as empresas que denunciei. São os ordenadores das despesas. É claro que Eduardo Requião e outras autoridades têm que ser responsabilizadas”, disse.



Campos: relatório.

CONJUR

Justiça especializada melhora produtividade de juízes

21 SET 2011

Por Carlos Eduardo Richinitti

O *Justiça em Números* de 2010, projeto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça por meio de seu Departamento de Pesquisas, representa, sem dúvida, um dos trabalhos mais importantes do Judiciário nacional, propiciando, com o levantamento de números, um real diagnóstico da situação atual da justiça brasileira. Viabiliza, ainda, que se abandone, de vez, uma conduta meramente reativa, respaldando a busca de soluções e alternativas não mais embasados única e exclusivamente no empirismo, mas sim em dados numéricos confiáveis que permitam planejar e atuar sobre os grandes problemas que hoje afetam a jurisdição nos seus mais variados níveis.

A realidade é que o crescimento da demanda no Brasil nos últimos anos acabou gerando uma situação para a qual o Judiciário não estava preparado, tendo sido literalmente atropelado. Como resultado, embasados mais nas consequências do que nas causas, não raras vezes nós, os operadores do direito, pouco afeitos às técnicas de administração, buscamos soluções apenas na alteração legislativa, área que dominamos, quando não na infrutífera e autofágica troca de acusações corporativas, que a nada levam e pouco produzem.

Para a mudança do cenário atual, muito mais do que modificações da lei, que são, sem dúvida, em muitos casos importantes, precisa o Judiciário entender o que está acontecendo e a partir daí adequar-se à realidade dos dias de hoje. As reformas da Justiça passam muito mais pela modificação da mentalidade dos operadores do direito, com a conscientização de todos quanto à necessidade de alterações e modernização da máquina administrativa judiciária, do que de profundas e radicais mudanças legislativas.

Várias situações concorreram para uma grande alteração, em especial nos últimos vinte anos, da Justiça brasileira. A Constituição cidadã de 1988 e o Código do Consumidor criaram direitos para os quais o Estado não estava preparado para atender. Isso tudo desaguou na Justiça.

É importante que nos conscientizemos, também, de que todos nós somos testemunhas vivas de uma grande revolução da humanidade, como já fora, em outros tempos, por exemplo, a Revolução Industrial, sendo que agora vivemos a chamada Era Digital, que mudou significativamente o relacionamento humano. Isso se refletiu inclusive na forma de contratar, gerando contratos por adesão, marcados pela informalidade e, em consequência, pela insegurança, abarcando milhares de pessoas, de forma que, materializado o litígio, a solução não pode mais ser como foi até hoje, com uma atuação individual, processo a processo. Não há estrutura ou capacidade orçamentária que suporte essa forma de solução de conflitos.

Concorre também para tudo isso uma profunda alteração do litígio que se transforma em processo. Hoje, em razão da necessidade do mercado da advocacia, que se encontra absolutamente conflagrado e para o qual milhares de jovens são jogados a cada seis meses pelas faculdades de direito, a verdade é que o litígio já não é mais apenas o

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 2 1 SET 2011

resultado do conflito natural advindo do convívio em sociedade, passando a ser um produto de mercado, oferecido, propagandeado, fomentado. Faço essa observação não como crítica, mas como constatação, até porque entendo como absolutamente natural a necessidade das pessoas que se preparam para uma profissão e que precisam, por uma questão de sobrevivência e até mesmo de dignidade ou crescimento pessoal, trabalhar, o que não afasta, contudo, dentro da ideia de diagnóstico, o apontamento dessa como uma das grandes causas da explosão de litigiosidade hoje verificada.

Atualmente, para uma população de 193 milhões de habitantes, temos um acervo de 83,4 milhões de processos judiciais ativos, com um ingresso anual de mais de 24 milhões. É quase como se a cada dois brasileiros, um tivesse ação na Justiça.

Para alterar essa situação e especialmente para se evitar uma situação de colapso, verdadeira ameaça nos maiores estados, tenho que uma série de medidas devam ser tomadas, passando necessariamente pela modernização das administrações judiciárias, a começar pela urgente alteração da escolha de seus órgãos diretivos, não podendo mais a antiguidade se sobrepor ao mérito, pois isso diz respeito a uma realidade que não mais existe.

Contudo, sem nenhuma pretensão de esgotar a matéria, apenas com o viés prático e não teórico, permito-me apresentar quatro propostas que deveriam, a meu ver, serem priorizada pelo Judiciário, independente e sem prejuízo de outras, de modo a obter-se uma resposta mais adequada, qualificada e ágil por parte da Justiça brasileira.

Resgate da pretensão resistida

Em determinado momento histórico, em especial a partir da Constituição de 1988, até como forma de consolidação e afirmação, o Judiciário, de forma salutar, abriu-se por completo, facilitando-se, sobremaneira, o acesso à justiça.

Essa ampliação, contudo, a meu ver, deu-se de forma distorcida, resultando que hoje a Justiça não mais atua por exceção, passando a ser regra. Ora, respeitando entendimento diverso, o Judiciário não foi feito para isso e nem tem condições de abarcar esse volume de processo. É necessário que resgatemos, via legislativa ou até mesmo pela jurisprudência, a ideia da pretensão resistida como condicionante da atuação jurisdicional.

É preciso que se fomente a composição e apenas quando demonstrada sua impossibilidade, justifique-se a atuação do Estado através da Justiça. É imperioso que órgãos de controle como Procons, agências reguladoras e outros órgãos da administração comecem a funcionar e tenham mais efetividade, de modo que a prestação jurisdicional se dê por exceção.

É importante que as vias administrativas sejam utilizadas e que a atuação do Estado-juiz se dê quando demonstrada a pretensão resistida ou quando comprovada a necessidade da urgência. Não pode o Judiciário continuar a ser a primeira, única e mais rentável porta de solução de conflitos, não poucas vezes procurado mais com a ideia do acessório do que realmente do principal.

Especialização

Em um mundo tão complexo como o atual, cada vez mais perde espaço o generalista.

CONTINUA

Assim já é, por exemplo, com a advocacia, onde os bons profissionais procuram se especializar e focar a atuação em poucos segmentos do direito. Isso, em especial nos grandes tribunais, deve ser replicado, fomentado, apostando-se em varas e juizados especializados, pois isso permite, entre outros, uma produtividade diferenciada da estrutura, sendo fator facilitador na formação de necessários consensos. Quanto menos juízes estiverem tratando de determinadas matérias, mais fácil será, após necessário e indispensável debate advindo do enfrentamento sistemático de causas similares, que se chegue a uma uniformidade de pensamento, materializado na jurisprudência, afastando a insegurança jurídica que é sim um dos grandes fatores de fomento à demanda, em especial à temerária.

21 SET 2011**Mudança urgente**

No sistema legal brasileiro, há pouca coisa mais desatualizada e desvinculada com a realidade atual do que a Lei 1.060, que trata da assistência judiciária gratuita e que data da década de 1950.

A absoluta falta de um critério objetivo para definir, ou ao menos fazer presumir, a condição de necessitado, faz com que a questão seja submetida ao controle unicamente da jurisprudência, o qual, ante as variantes envolvidas, não tem se mostrado capaz de estabelecer um norte ante a deficiência e omissão da lei.

Concorre para esse clima de indefinição sobre o tema o sistema de sucumbência adotado pelo Brasil e o alto valor das custas judiciais, fazendo com que as partes, para evitar o recolhimento de valores ou até mesmo para se proteger contra eventual insucesso da demanda, busquem a gratuidade, de modo que hoje, por exemplo, no estado do Rio Grande do Sul, cerca de 70% dos processos correm isentos de qualquer recolhimento de recursos financeiros ao erário público.

A ausência de risco ou custo é um grande fomento ao ajuizamento de demandas judiciais. Isso é uma realidade incontestável, resultando em uma injusta distorção, pois, na verdade, não existe gratuidade da justiça, eis que acaba toda a sociedade pagando para que poucos se utilizem do sistema.

Para se ter uma ideia da dimensão do problema, no último *Justiça em Números* do CNJ, apurou-se que as despesas do Judiciário, no ano de 2010, somado o custo da Justiça Estadual, Trabalhista e Federal, corresponde a R\$ 41 bilhões, equivalente a 1,12% do PIB Nacional.

Diante disso, impõe-se a urgente alteração da lei que regulamenta a matéria e com esse propósito apresentei, em um grupo de trabalho que integro no CNJ, uma proposta de modificação legislativa onde proponho que se passe a trabalhar com dois conceitos de gratuidade, total e parcial. Nessa hipótese seria estabelecido um critério objetivo de renda pelo qual a parte poderá, sempre mediante requerimento e comprovação, postular a gratuidade, presumindo-se sua necessidade e conseqüente concessão. Acima desse padrão de renda, continuará o litigante ainda com a possibilidade de postular o benefício, apenas que esse não será integral, devendo ser recolhido uma taxa judiciária mínima compatível e que custeie minimamente pela utilização do sistema.

O grande desafio, no caso, é se estabelecer regras e parâmetros objetivos de modo que se conceda a isenção integral de custas a quem efetivamente precise, pagando um

CONTINUAÇÃO

CONJUR

mínimo quem tem condições para tanto, e aqueles com capacidade financeira, em especial os grandes usuários do sistema, paguem o suficiente de modo a permitir melhor estruturação e aparelhamento da máquina judiciária.

21 SET 2011

Valorização das ações coletivas

A proteção e resgate de direitos individuais homogêneos e que atingem milhares da mesma forma deve ser feito na via coletiva, com a valorização das ações coletivas, não da forma como hoje se apresenta, não vinculando pretensões individuais ao resultado do enfrentamento coletivizado ou apenas transferindo o problema para a quase sempre inexequível fase de liquidação.

É necessário repensar as demandas coletivas, valorizando-se o efeito mandamental, onde o Judiciário é chamado para dizer o direito e, existindo ele, deverá determinar o seu cumprimento fora dos autos, nomeando, por exemplo, gestores da sentença, no caso profissionais especializados no assunto discutido e que supervisionem o cumprimento daquilo que foi decidido. Impõe-se, ainda, que se estabeleça punições financeiras que tornem oneroso o descumprimento e que não deem ao que lesa a opção de ficar com as diferenças eventualmente não pagas, as quais seriam recolhidas, na impossibilidade de se alcançar ao real lesado, a um fundo de defesa do consumidor.

Também atento à repercussão econômica da sentença judicial coletiva, questão que não pode ser desconsiderada nesse tipo de enfrentamento, tenho que se deva trabalhar com prazos prescricionais mais curtos que permitiram, ao mesmo tempo, maior efetividade ao julgado, pois se trabalha com o direito por assim dizer ainda vivo, minimizando os efeitos financeiros de longas e por vezes impagáveis condenações.

Nesse sentido, permito-me invocar a experiência do Rio Grande do Sul, com o chamado Projeto Poupança, onde basicamente se valorizou as ações coletivas, suspendendo-se as individuais que tratavam dos expurgos inflacionários de sucessivos e malfadados planos econômicos. Boa parte dessa experiência inovadora foi referendada pelo STJ no REsp/RS 1.189.679, tendo como relatora a eminente ministra Nancy Andrighi e no Resps/RS 1.147.595, tendo como relator o ministro Sidnei Beneti.

A crise da jurisdição no Brasil, como referido anteriormente, tem uma série de causas. O importante, antes de mais nada, até mesmo para se evitar o risco iminente de colapso que se avizinha, é identificar as reais razões para o quadro atual, passando a enfrentá-las com espírito inovador, desprovido de paixões ou interesses corporativos.

Apresento, sem qualquer pretensão de esgotar a questão, quatro alternativas práticas e de fácil implementação, as quais, junto com outras, deveriam incluir uma lista de prioridades de atuação, pois um dos grandes problemas que se percebe nas administrações dos tribunais e até mesmo em nível nacional é a absoluta ausência de projetos prioritários, quando então se perde o foco e a oportunidade de se obter melhores resultados que são, como estão a mostrar os números, urgentes.

Carlos Eduardo Richinitti é juiz de Direito.

CONJUR

Furto de folhas de cheque não é insignificante

21 SET 2011

O Superior Tribunal de Justiça negou a aplicação do princípio da insignificância no caso em que o réu se aproveitou da relação de amizade com a vítima para lhe furto quatro folhas de cheque em branco. A 5ª Turma concedeu parcialmente o pedido formulado pela defesa e fixou a pena em dois anos e 11 meses de reclusão, levando em conta a atenuante de confissão espontânea. A Turma considerou que a existência de maus antecedentes e a má conduta do réu, que abusou da confiança do amigo, justificam a condenação.

A 2ª Vara Criminal de Dourados (MS) fixou a pena de três anos e quatro meses de reclusão em regime inicial fechado, considerando que o réu já estava preso por conta de outro processo e tinha inúmeras condenações em seu desfavor. A defesa interpôs apelação com o objetivo de reconhecer a insignificância do valor econômico das folhas furtadas e, subsidiariamente, obter a redução da pena-base. O argumento para a insignificância foi o de que cheques em branco não possuem valor econômico, não havendo objeto material para o crime de furto.

O réu furtou as folhas de cheque e as vendeu por R\$ 20, sendo que duas delas foram posteriormente descontadas, nos valores de R\$ 510 e R\$ 1.750. Ao fixar a condenação, o juiz levou em conta, além da malícia adotada no furto, o fato de o réu ter se aproveitado da condição de amigo para valer-se de menor vigilância. O réu, que fora convidado para passar a noite na casa da vítima, destacou também os canhotos para que nada fosse percebido.

A defesa sustentou, no STJ, que o juiz, ao fixar a condenação, baseou-se em fatos acontecidos com o réu após o processamento da ação penal, o que justificaria a redução da pena. Segundo o relator do Habeas Corpus, ministro Sebastião Reis Júnior, o abuso de confiança e o modo como ocorreu o furto, bem como a existência de maus antecedentes, denotam a maior reprovação da conduta e a elevada periculosidade social, o que afasta a aplicação do princípio da insignificância.

A 6ª Turma fixou a pena-base em três anos e seis meses de reclusão, que, com base na atenuante da confissão espontânea, foi reduzida para dois anos e 11 meses de reclusão. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

HC 1355056

Programas da Corregedoria são destaque em reunião do Unicef

O trabalho desenvolvido pela Corregedoria Nacional de Justiça para fomentar o registro civil no Brasil poderá servir de exemplo para os demais países latino-americanos. O juiz auxiliar da Corregedoria, órgão ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Chimenti, foi convidado a apresentar as ações realizadas na área durante a Conferência Regional para a América Latina e o Caribe sobre o Direito à Identidade e Registro Universal de Nascimento, a partir desta quarta-feira (21/09), no Panamá.

O evento – que é organizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Tribunal Eleitoral do Panamá – tem duração de dois dias e também contará com um representante do Ministério da Justiça e outro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, parceiros nos trabalhos da Corregedoria Nacional de Justiça. O Unicef pagará as despesas com a viagem dos convidados.

Sub-registro - Estimativas apontam que, hoje, 8,2% das crianças recém-nascidas deixam de ser registradas no Brasil até o final do terceiro mês do ano seguinte ao do seu nascimento, critério temporal que identifica o sub-registro. Em Roraima, o índice chegou a 40,1% em 2007, mas os esforços conjuntos da Corregedoria Nacional de Justiça, das corregedorias locais, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça reduziram significativamente esse percentual em todo o país.

As ações da Corregedoria Nacional de Justiça que visam a erradicação do sub-registro começaram em 2009 e contam com o apoio de todas as corregedorias de Justiça do país. Em abril e novembro de 2009, o órgão expediu os Provimentos n. 2 e 3, pelos quais foram instituídos modelos únicos, simplificados e mais seguros de certidão de nascimento – assim como de casamento e óbito – já adotados pelos órgãos de registro civil e pessoas naturais de todo o país.

Por meio desses atos, a Corregedoria instituiu também um número de matrícula por certidão, com a criação do Código Nacional de Serventia (CNS), com o objetivo de evitar fraudes e garantir a rápida localização do cartório responsável pelos registros efetivados. Atualmente, por meio do Sistema Justiça Aberta, inserido na página eletrônica do CNJ e mantido pela Corregedoria Nacional, a partir do número do CNS ou do Estado e Município de um órgão de registro civil, é possível a imediata localização do seu endereço.

Pai presente - Em agosto de 2010, a Corregedoria Nacional editou o Provimento n. 12, por meio do qual lançou o Projeto Pai Presente, com a finalidade de fomentar o reconhecimento da paternidade. A norma estabeleceu uma série de medidas a serem adotadas pelos tribunais para reduzir o número de pessoas sem a indicação do nome do pai em seus registros de nascimento e, assim, garantir que estes assumam suas responsabilidades.

Por último, em setembro de 2010, a Corregedoria Nacional de Justiça editou o Provimento nº 13, que tornou possível a emissão de certidão de nascimento nas

CONTINUAÇÃO

CNJ 21 SET 2011

maternidades de forma segura e rápida. Com isso, as crianças nascidas em estabelecimentos de saúde, público ou privado, passaram a ter acesso à certidão de nascimento no momento da alta da mãe, de forma gratuita.

Segurança - Ricardo Chimenti explicou que todas essas ações serão apresentadas na Conferência Regional para a América Latina e o Caribe sobre o Direito à Identidade e Registro Universal de Nascimento. “A Corregedoria, desde o início, está participando de todas as campanhas de combate ao sub-registro. Instituímos sistemas mais seguros, codificamos o registro no Brasil, fizemos aprimoramentos nas certidões, que agora é emitida em papel moeda e com a identificação do oficial que a emitiu. Tudo isso para evitar fraudes”, lembrou.

O magistrado acentuou, também, que logo depois a Corregedoria regulamentou o serviço de registro civil em maternidades e criou o projeto Pai Presente, com base em experiências anteriores desenvolvidas em algumas unidades da federação. “O Unicef, então, nos convidou (para a conferência). Vamos levar tudo o que conseguimos em termos de aprimoramento nesta área”, explicou Chimenti.

O juiz auxiliar da Corregedoria destacou também que a conferência será uma importante oportunidade de troca e o Brasil poderá aprender com as experiências desenvolvidas pelos demais países. “Esse encontro congregará todos os países da América Latina e Caribe”, lembrou o magistrado.

CNJ 21 SET 2011

TJPI inicia a Quinzena da Conciliação

Como parte das comemorações pelo aniversário de 120 anos do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), foi iniciada nesta segunda-feira (19/09) a chamada “Quinzena da Conciliação das varas de família e Juizados Especiais Cíveis e Criminais” - JECCs da comarca de Teresina.

Coordenada pelos juízes Celina Maria Freitas de Sousa Moura, Fernando Lopes e Silva Neto e Paulo Roberto de Araújo Barros, a quinzena da conciliação, esforço concentrado de julgamento de processos, acontece até o dia 3 de setembro, nos períodos da manhã e da tarde, no auditório do tribunal. Envolve processos em tramitação, passíveis de acordo.

Varas de família - O objetivo da quinzena da conciliação é o julgamento de 2.850 processos, sendo 285 por dia. Durante a primeira semana serão apreciados processos das varas de família, e, na semana seguinte feitos em tramitação nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Diversos juízes de direito e servidores estão empenhados no projeto, que para o desembargador Edvaldo Moura, Presidente do TJPI, é de grande importância para a agilização da prestação jurisdicional na comarca da capital piauiense.

CNJ

Bahia é o quinto Estado a levar detentos para obras da Copa do Mundo

21 SET 2011

A Bahia é a mais nova unidade da federação a levar detentos para trabalhar nas obras de infraestrutura da Copa do Mundo 2014. Cinco cumpridores de pena do regime semiaberto acabam de ser contratados para a reforma do Arena Fonte Nova, estádio que vai receber os jogos da competição em Salvador. É mais um resultado do Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltado à reinserção social de detentos e egressos do sistema carcerário e à redução da reincidência criminal.

Além da Bahia, o emprego dessa mão de obra nos canteiros da Copa é realidade no Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais e Mato Grosso. As contratações são feitas com base no termo de cooperação técnica firmado em janeiro de 2010 entre o CNJ, o Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, Ministério dos Esportes e os Estados e municípios que sediarão os jogos da competição.

Vagas - Na ocasião, foi estabelecido que os editais de licitação devem incluir a obrigatoriedade de as empresas - em obras e serviços com mais de vinte funcionários - destinarem 5% das vagas de trabalho a detentos, egressos do sistema carcerário, cumpridores de medidas alternativas e adolescentes em conflito com a lei.

Os cinco novos operários das obras do Arena Fonte Nova prestam serviços ao Consórcio Arena Odebrecht, parceiro do Programa Começar de Novo, que naquele Estado é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e pelo governo estadual. Os recém-contratados fazem parte de um grupo de 23 detentos que concluiu, em julho, cursos de capacitação profissional nas funções de pedreiro, carpinteiro, montador de andaime e armador.

Demanda - Os cursos foram ministrados pelo Serviço de Aprendizado Industrial (SENAI), também parceiro do Começar de Novo no Estado. Outros detentos também poderão ser contratados, caso a construtora apresente mais demanda por mão de obra.

O CNJ instituiu o Programa Começar de Novo em outubro de 2009 com o objetivo de administrar, em nível nacional, a oferta de cursos de capacitação e de oportunidades de emprego para os egressos do sistema carcerário. Desde então, 1.850 postos de trabalho foram ocupados por detentos e ex-detentos, que trabalham em órgãos públicos, empresas privadas e entidades da sociedade civil. Em dezembro de 2010, o Começar de Novo recebeu o VII Prêmio Innovare, distinguido como prática do Poder Judiciário que beneficia diretamente a população.